

5 • O Desempenho Recente do Mercado de Trabalho Brasileiro

5 • O Desempenho Recente do Mercado de Trabalho Brasileiro

1. INTRODUÇÃO

O estudo do mercado de trabalho contém em si mesmo algumas dificuldades e polêmicas peculiares em relação a outros campos da economia. Na verdade, a polêmica praticamente acompanha o nascimento da ciência e remonta aos tratados de Adam Smith, que tanto deram origem às correntes que advogam que o valor da mercadoria corresponde ao montante de trabalho utilizado na sua elaboração, quanto aos adeptos da teoria para a qual esse valor deriva da utilidade que se usufrui de um bem.

A grande dificuldade inerente ao assunto está em definir o trabalho como uma mercadoria como outra qualquer transacionada no mercado, e que por isso teria um preço definido por sua oferta e demanda. Segundo uma ótica mais estreita e pragmática, a importância fundamental do mercado reside no fato de ele ser o local onde os indivíduos transacionam, aos preços assim determinados, o seu principal – e, na maioria das vezes, único – ativo, que é a sua capacidade laboral. Daí a importância desse mercado para assuntos ligados a pobreza, equidade e bem-estar. Uma visão mais ampla considera o mercado de trabalho como sendo uma espécie de *mercado com imperfeições* comuns em outros mercados, de forma que o valor dos salários pode sofrer influência, mas não tem como determinação exclusiva sua oferta e demanda.

Não se pode perder de vista, porém, que além do aspecto de natureza econômica, o mercado de trabalho é antes de tudo um espaço de socialização do indivíduo. O trabalho tem em sua essência um valor social que o acompanha desde as sociedades humanas menos complexas até o mundo atual. Entre os indígenas brasileiros, por exemplo, o trabalho dos homens na caça e na pesca e das mulheres na agricultura é emblemático de como o produto do trabalho social pode ser distribuído entre os membros da coletividade. Assumida a visão de que o trabalho

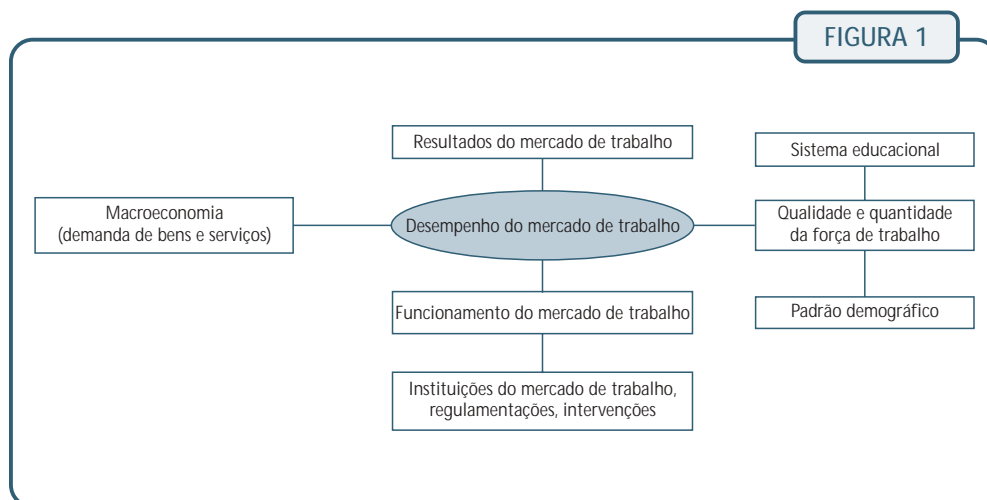
possui uma dimensão social que antecede e supera a dimensão estritamente econômica, pode-se asseverar que as ações relativas ao mercado de trabalho são fundamentais para promover a equidade e o bem-estar de uma sociedade.

De forma simplificada, para fins ilustrativos, é possível admitir que são três os determinantes do desempenho do mercado de trabalho. O primeiro, de cunho mais estrutural e que acaba sendo o principal determinante da natureza do seu funcionamento, diz respeito às instituições que o regem – regulamentações e intervenções. Utilizando um conceito amplo, as instituições do mercado de trabalho são em boa parte resultantes do fluido cultural em que está imerso cada país ou sociedade. Imagine-se uma sociedade hipotética. Ela pode ser uma sociedade governada pelos talebãs do Afeganistão. Nesse país ou sociedade hipotética a participação feminina no mercado de trabalho seria zero, o que ilustra que, de fato, as instituições, a cultura e a disposição social influenciam sobremaneira o funcionamento do mercado de trabalho. Vai daí que, quando o Estado, a sociedade civil ou os sindicatos impõem regulamentações e intervêm, eles estão claramente definindo a estrutura de funcionamento do mercado de trabalho conforme discutido no Capítulo 4.

O segundo determinante do seu desempenho, menos perene e mais sujeito a mudanças súbitas do que o anterior, são as condições macroeconômicas – do país e de fora dele – que ajudam a definir ou a delimitar a demanda por trabalho. Um exemplo é a inflação brasileira dos anos 1980. Ao desorganizar a sinalização dos preços – o princípio basilar de uma economia de mercado –, ela embaçava a visão do horizonte de investimentos. Outro exemplo são as crises que rondaram os mercados emergentes na segunda metade dos anos 1990 (do México, da Ásia, da Rússia e da Argentina), as quais influenciaram a percepção que os investidores estrangeiros possuíam sobre o Brasil.

O terceiro item está mais ligado à capacidade do mercado de trabalho de prover em grandezas absolutas *valor*. Aqui os componentes principais são a quantidade e a qualidade da força de trabalho, que vão definir em boa medida a sua capacidade produtiva. A quantidade da força de trabalho é uma função do total da população do país, da quantidade de adultos existente, da disposição ao emprego feminino e dos salários pagos – dado que os trabalhadores decidirão o quanto ofertar de trabalho de acordo com o que lhes é oferecido pecuniariamente. A qualidade da força de trabalho é resultante do nível educacional dessa população que, em conjunto com o estoque de capital existente no país, irá determinar a produtividade do trabalho.

Este capítulo quer mostrar como foi a evolução do mercado de trabalho no Brasil no período que vai de 1992 até 2004, e que engloba a parte mais importante



da transição de paradigma econômico em direção à abertura das fronteiras da economia, em consonância com a nova ordem econômica internacional. Particular atenção será dada aqui, além de à evolução no tempo *per se*, ao recorte espacial, notadamente em termos do contraste regiões metropolitanas (RMs) *vis-à-vis* áreas não-metropolitanas. Para tanto serão apresentados na próxima seção os principais conceitos e indicadores para avaliação do desempenho do mercado de trabalho.

Antes, porém, é preciso esclarecer que a primeira informação que deve ter o usuário de dados sobre a extensão e desempenho do mercado de trabalho brasileiro é que ele guarda diferenças em relação aos dos países desenvolvidos. Esse fato chegou a impor a criação de conceitos novos para a aferição de dados nos países *em desenvolvimento*, tendo em vista que a metodologia estatística foi criada pelos países desenvolvidos.

Uma das principais modificações que se fizeram necessárias na metodologia está ligada à existência de um setor *informal* no mercado de trabalho. Até o início dos anos 1970 prevalecia a visão do *dualismo* inspirada nos trabalhos de Lewis (1955), depois incorporada ao diagnóstico dos *estruturalistas cepalinos*. Estes asseveravam que o mercado de trabalho dos países em desenvolvimento é definido pela existência de um setor moderno, dinâmico e integrado à economia mundial, em meio a um setor *pré-capitalista*, de baixa produtividade, atrasado, com menor integração à economia mundial. Nessa concepção, o setor atrasado desapareceria com o decorrer do desenvolvimento econômico, o que foi objeto de questionamento em 1972, com a publicação de um relatório da Organização Internacional do Trabalho/Programa Regional de Emprego para a América Latina e o Caribe (OIT/Preac) [ver ILO (1972)] criando o conceito *informal*, que viraria

um clássico da literatura sobre o tema. Não obstante as muitas críticas e polêmicas que o conceito ainda carrega, ele corresponde a uma inovação ao superar a visão dicotômica que antes prevalecia. O segmento inserido no *setor informal* seria também composto por trabalhadores que, ao não conseguirem se empregar no setor formal, dinâmico e *protegido* da economia – e não dispor de um seguro-desemprego nos padrões dos países da Europa Ocidental –, encontrariam nessas atividades uma alternativa de subsistência. Longe de estarem desvinculados do setor *moderno*, os *trabalhadores informais* contribuem de algum modo na economia capitalista dos países do *terceiro mundo*. Os catadores de lata são um exemplo dessa conexão. As estatísticas, ao incorporarem esse conceito, ampliaram sobremaneira seu escopo, que de outra forma seria embaçado por falta de instrumental analítico. O senso comum, por exemplo, classificaria usualmente o guardador de carro, o vendedor ambulante e o cambista de ingressos como desempregados ou subempregados. Os desempregados que estão presentes nas estatísticas brasileiras possuem, na verdade, uma definição mais específica, bem mais completa.

2. CONCEITOS E ILUSTRAÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO

Nesta seção serão introduzidas algumas dessas definições do universo do mercado de trabalho. Para uma compreensão mais clara das definições, dos desdobramentos e da ordem de grandeza das variáveis do mercado de trabalho, o leitor poderá consultar, no final desta seção, um fluxograma sintético com as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente ao ano de 2004. A razão de ser da escolha dessa base de dados como referência para o estudo sobre o mercado de trabalho brasileiro está apresentada no Quadro 1, no qual se encontra também uma breve descrição de outras fontes oficiais de informação.

Primeiramente, é crucial ter o nítido entendimento das características do trabalho. Conforme definido pelo IBGE, é considerado *trabalho em atividade econômica* o exercício de:

- a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios – como moradia, alimentação e roupas – na produção de bens e serviços;
- b) ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios no serviço doméstico; e
- c) ocupação sem remuneração na produção, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana (de referência).

Assim como praticamente em todas as pesquisas domiciliares, a identificação dos principais agregados do mercado de trabalho na Pnad está vinculada ao conceito de *semana de referência*, que corresponde à semana – de domingo a sábado – que precede a semana em que são feitas as entrevistas, e que definirá seu recorte temporal. A Figura 2 apresenta uma visão geral das inter-relações entre os conceitos e indicadores descritos no Quadro 1.

QUADRO 1

Fontes de Informação sobre o Mercado de Trabalho no Brasil

A análise do mercado de trabalho é, em grande medida, baseada nas informações de pesquisas domiciliares (PDs) como, por exemplo, a Pnad e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), produzidas pelo IBGE e, em menor grau, nas informações de registros administrativos (RAs) como a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), ambos gerenciados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A escolha entre a utilização das pesquisas domiciliares ou dos registros administrativos depende do objetivo e do fenômeno em estudo, uma vez que esses dois tipos de fontes de informação apresentam vantagens e restrições de uso. Entre as principais diferenças está a finalidade com a qual cada base de dados foi criada. As PDs, que têm por metodologia uma seleção aleatória de indivíduos que prestam as informações, são elaboradas a partir de planos amostrais que garantem a sua confiabilidade de modo a permitir seu tratamento estatístico. Por sua vez, os RAs são formados por informações prestadas pelas empresas, normalmente para atender necessidades de fiscalização, monitoramento e administração, e não como fonte estatística, o que pode comprometer a qualidade dos dados para outros objetivos. Sem dúvida o caráter censitário, haja vista que as empresas formalmente constituídas são obrigadas a enviar as informações ao MTE, confere alguma atratividade aos RAs, uma vez que as PDs são realizadas a partir de amostras probabilísticas – o que propicia a redução de custos e o aumento do nível de detalhamento da pesquisa, mas só garante representatividade até um determinado nível geográfico – e, em geral, fornecem informações desagregadas até as unidades da federação (UF) ou RMs. Não obstante, o fato de os RAs serem limitados ao setor formal restringe sobremaneira o escopo das investigações possíveis. As PDs, por coletarem as informações diretamente com as pessoas, tornam possível levantar dados sobre aspectos mais variados do mercado de trabalho, notadamente em relação ao setor informal, que, como será visto aqui, responde por metade do mercado de trabalho brasileiro. Daí a preferência em geral pelo uso das PDs quando o objetivo é uma análise abrangente do desempenho do mercado de trabalho.

Em termos de RAs, destacam-se a Rais e o Caged, que coletam dados dos trabalhadores formais, embora possuam três diferenças importantes. Em primeiro lugar, o Caged compreende apenas os trabalhadores formais celetistas – regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) –, enquanto a Rais inclui também os trabalhadores estatutários, temporários e avulsos. Em segundo lugar, a Rais considera o estoque de empregados com vínculo em 31 de dezembro de cada ano, enquanto o Caged descreve o fluxo de admitidos e desligados no mês de referência. Por fim, apenas as empresas que apresentaram movimentação respondem o Caged, diferentemente da Rais, na qual todas as empresas, independentemente de apresentarem movimentação durante o ano, são obrigadas a declarar informações ao MTE.

continua

continuação

Considerando o universo das PDs, as pesquisas comumente utilizadas são a Pnad, divulgada anualmente e com cobertura nacional – exceto pela área rural da região Norte –, e a PME, que tem periodicidade mensal e abrange seis das principais RMs do país. No que se refere ao monitoramento dos grandes agregados do mercado de trabalho, a PME recebe bastante atenção por ser mensal e contemporânea, possibilitando uma análise da conjuntura do mercado de trabalho. Há também a Pesquisa Mensal de Emprego e Desemprego (PED), com destaque para a região metropolitana de São Paulo (RMSP), produzida pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação Seade). Apesar de a PME abranger os centros mais importantes do país, o conjunto dessas RMs representa apenas cerca de 1/4 da população ocupada. Diante disso, a PME pode não captar a ocorrência de um descompasso entre a dinâmica dos mercados de trabalho metropolitano e nacional, o que seria facilmente identificado por meio dos dados da Pnad, que cobre todo o mercado de trabalho. Outra fragilidade da PME está na interrupção verificada em sua série por conta de profundas mudanças em sua metodologia – nova série foi iniciada a partir do ano de 2002.

A Pnad é uma pesquisa domiciliar de amostragem probabilística coletada em todas as UFs, pesquisando anualmente – menos nos anos em que o censo é realizado e, excepcionalmente, em 1994 - cerca de 100 mil domicílios e 300 mil indivíduos, e gerando informações para o Brasil, UFs, grandes regiões e RMs. Por se tratar de uma pesquisa de propósitos múltiplos, a Pnad investiga, em caráter permanente, características de demografia, educação, habitação, trabalho e rendimento, abrangendo outros temas e tópicos com periodicidade variável na forma de suplementos sobre, por exemplo, o tema de saúde, os tópicos de trabalho infantil e a participação em programas sociais. A Pnad também passou por uma mudança metodológica em 1992, quando o conceito de ocupação foi ampliado e o questionário de coleta reformulado, tendo sido mantida desde então a comparabilidade das séries. A partir de 2004 a Pnad passou a cobrir todo o território nacional, pois a abrangência geográfica foi estendida até a área rural da região Norte, da qual anteriormente só a parte de Tocantins era coberta.

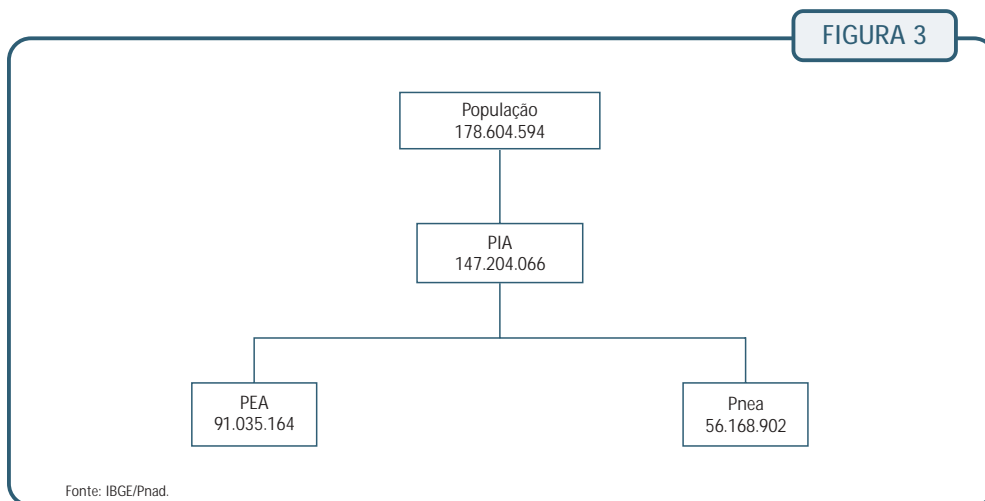
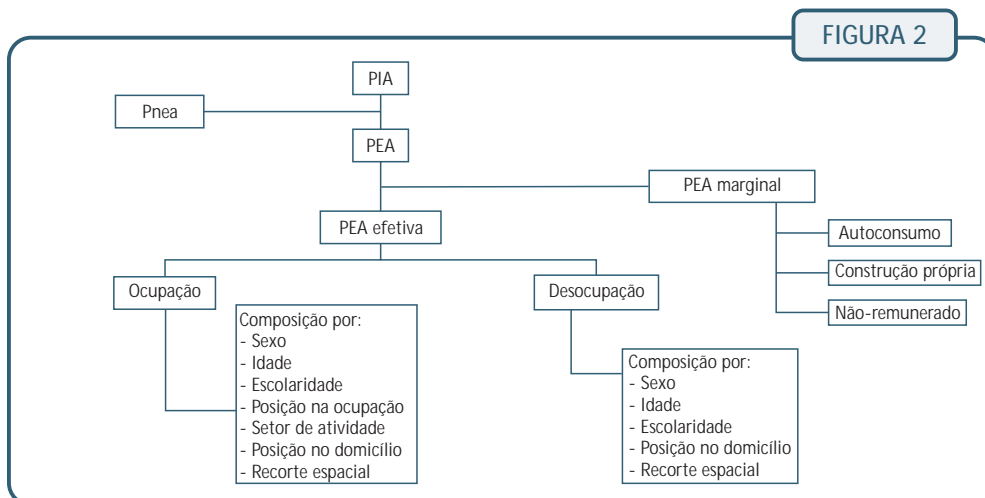
Em síntese, o fato de a Pnad possuir cobertura nacional, apresentar uma metodologia inalterada desde 1992 e, além disso, propiciar a investigação de diversos aspectos estruturais do mercado de trabalho de forma abrangente – inclusive as práticas informais – faz com que ela seja a mais adequada para embasar este capítulo de descrição e análise do desempenho do mercado de trabalho brasileiro no período recente.

A PIA corresponde à população residente com dez anos ou mais de idade, que é a parcela da população que pode integrar a força de trabalho.

A PEA corresponde ao subconjunto da PIA, também conhecido como força de trabalho, que efetivamente decide participar do mercado de trabalho. A PEA é formada por trabalhadores ocupados e desocupados, ou desempregados.

No Brasil, em 2004, a **população em idade ativa (PIA)**¹ era de 147,2 milhões de pessoas, enquanto a população residente como um todo era de 178,6 milhões.² A PIA pode ser desmembrada em **população economicamente ativa (PEA)**, que era composta por 91 milhões de pessoas em 2004, e **População Não-Economicamente Ativa (Pnea)**, que é a parcela da PIA que não participa do mercado de trabalho, conjunto em que se encontravam os 56 milhões restantes. Um conceito subjacente a essa divisão é o de *condição de atividade*, que classifica os indivíduos, com base na sua situação na semana de referência, em economicamente ativos (integrantes da PEA) e não-economicamente ativos (pertencentes à Pnea).

Um conceito não adotado pela Pnad mas que, guardando alguma semelhança com a PME, será empregado aqui, é o de *PEA marginal*. A Pnad considera como



ocupados e participantes do mercado de trabalho as pessoas que exercem atividades voltadas para o autoconsumo, construção para fins próprios, bem como qualquer tarefa não-remunerada, independentemente da jornada de trabalho. Dada a natureza peculiar dessas atividades, que na verdade encerram uma idéia muito difusa de *mercado*, optou-se aqui por separá-las das demais, classificando as pessoas envolvidas com essas atividades como pertencentes à PEA marginal – desde que não tivessem procurado outra forma de ocupação na semana de referência. De forma a poder tornar mais claro esse procedimento, é interessante definir precisamente os conceitos de ocupação e desocupação, uma vez que a PEA é constituída pela união dos contingentes de ocupados e desocupados.

Ocupados: foram classificados como ocupados na semana de referência os indivíduos que exerceram trabalho remunerado naquela semana, assim como os

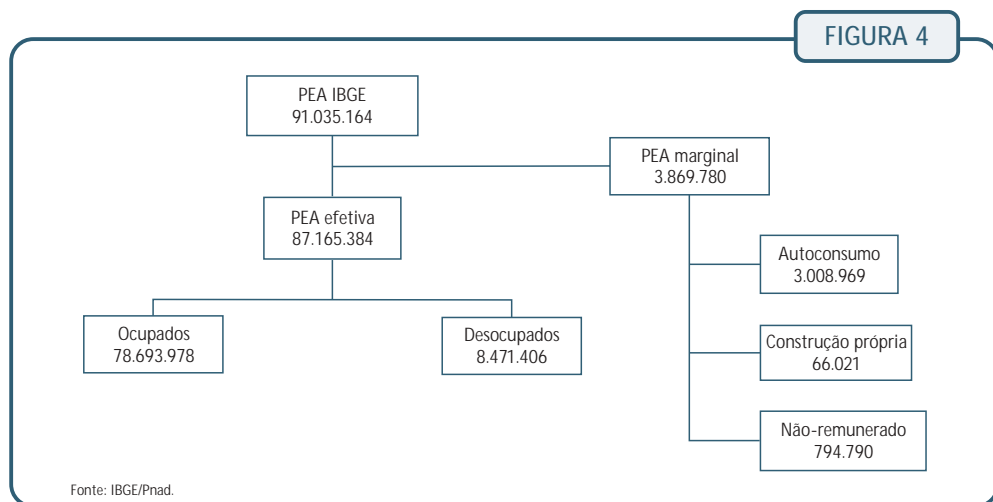
que exerceram trabalho não-remunerado durante pelo menos 15 horas naquele período, e ainda os que tinham trabalho remunerado mas do qual estavam temporariamente afastados. Não foram considerados ocupados os indivíduos que exerceram trabalho para o próprio consumo ou construção própria na semana de referência.

Desocupados (ou desempregados): foram considerados como desocupados os indivíduos que não exerceram trabalho na semana de referência, mas que procuraram trabalho na mesma semana. Também foram considerados desocupados os indivíduos que:

- exerceram trabalho não-remunerado na semana de referência e trabalharam menos de 15 horas mas procuraram trabalho na mesma semana; e
- exerceram trabalho para o próprio consumo ou construção própria na semana de referência, mas procuraram trabalho na mesma semana.

Dessa forma, a PEA efetiva é dada pela soma de ocupados e desocupados, sendo que as pessoas envolvidas com as atividades marginais supracitadas e que não procuraram trabalho na semana de referência foram rotuladas como pertencentes à PEA marginal.³ Em 2004, o tamanho da PEA efetiva era de 87,2 milhões, enquanto a PEA marginal era de 3,87 milhões de pessoas, das quais 3,0 milhões estavam envolvidas com atividades voltadas para o autoconsumo.

Assim, em 2006, a *taxa de participação* no mercado de trabalho, isto é, a parcela das pessoas *elegíveis* para participar do mercado de trabalho (PIA) e que de fato o fazem (PEA efetiva)⁴ – uma variável de grande relevância por refletir a pressão da oferta sobre o desempenho do mercado de trabalho – foi de 59,2%. Mas note-se que, utilizando-se o conceito de força de trabalho do IBGE, ela passa para 61,8%.



A PEA em 2004 era composta de 78,7 milhões de pessoas ocupadas e 8,5 milhões de desempregados. Com isso, a taxa de desemprego nesse ano foi de 9,7% – se utilizado o conceito de força de trabalho do IBGE, ela seria de 9,0%, um pouco menor em virtude de a PEA marginal ser considerada como população ocupada segundo aquele conceito. O anexo deste capítulo oferece uma exposição detalhada desses números. A taxa de desemprego é um indicador que, apesar de relevante e ser utilizado comumente como uma espécie de termômetro do mercado de trabalho, deve ser analisado com outras variáveis – como, por exemplo, ocupação e PEA. Isso porque, ao sintetizar o comportamento da oferta e da demanda por trabalho, ela acaba não fornecendo todas as informações necessárias para uma avaliação mais acurada sobre o mercado de trabalho.

A taxa de desemprego é a razão entre o número de desempregados e a PEA. Reflete, portanto, o percentual desta que está no mercado de trabalho procurando emprego, mas sem sucesso.

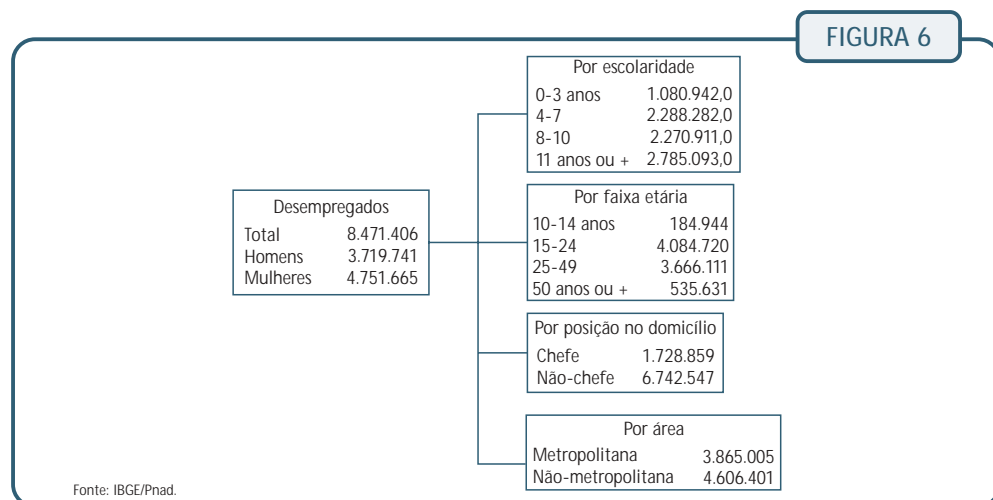
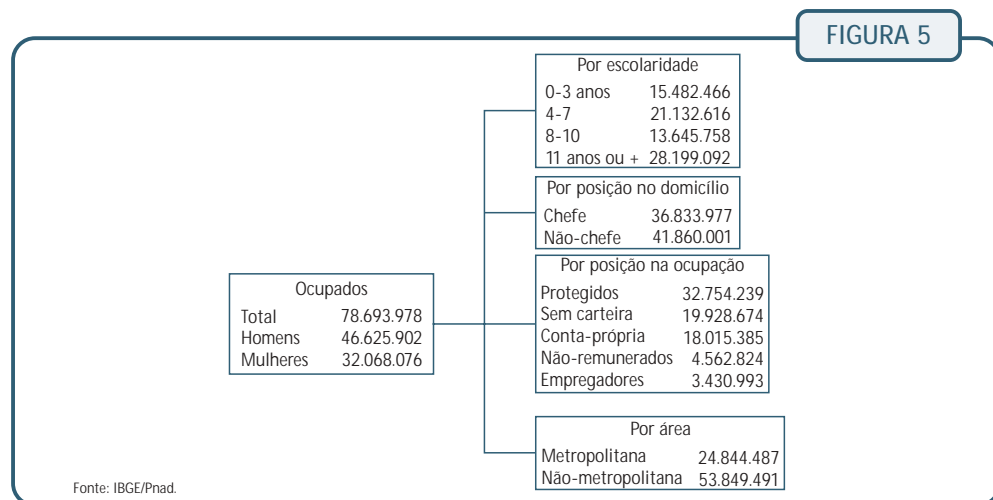
Algumas repartições, ou desagregações, dos contingentes de ocupados e desocupados são bastante importantes para que se possa avaliar melhor o desempenho do mercado. Entre as que são comuns a ambos, cabe destacar idade, sexo e escolaridade, além dos recortes espaciais e regionais.

No caso da ocupação em particular, a partição do total de ocupados segundo a sua forma de inserção no mercado de trabalho merece atenção especial, tendo em vista que, no mais das vezes, a natureza do vínculo está associada à qualidade do posto de trabalho em questão. As principais formas de inserção, freqüentemente denominadas *posição na ocupação*, são: *trabalhadores assalariados com emprego protegido*, *trabalhadores empregados sem carteira de trabalho*, *trabalhadores por conta própria*, *empregadores* e *trabalhadores não-remunerados*. Entende-se por trabalhadores protegidos os empregados com carteira de trabalho assinada, os trabalhadores domésticos também com carteira de trabalho assinada, os militares e os estatutários, que estão, por assim dizer, ao abrigo – ou proteção – de alguma forma de legislação trabalhista. Como trabalhadores sem carteira foram considerados os empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, e como trabalhadores por conta própria aqueles que trabalhavam explorando o seu próprio empreendimento, sozinhos ou com sócio(s), sem ter empregado, e contando ou não com a ajuda de trabalhador não-remunerado.

Em que pese o conceito de informalidade apresentado *en passant* na seção introdutória ser complexo e controvertido, na prática ele quase sempre é definido em função da forma de inserção no mercado de trabalho. Mesmo assim há várias definições possíveis para o *grau de informalidade*, que na verdade representa a extensão da incidência de relações informais. Se, por exemplo, o grau de informalidade for definido como a razão entre trabalhadores sem carteira, por conta própria e não-remunerados sobre o total, em 2004 o nível de informalidade era da ordem de 52%, ou seja, para cada posto de trabalho formal havia pelo menos um informal.

Além da posição na ocupação, os números da Figura 5 revelam que os homens respondem por quase 60% das ocupações no plano nacional, as RMs por quase um um terço do total do emprego, enquanto os trabalhadores com pelo menos o secundário completo (11 ou mais anos completos de estudo) estão um pouco acima dessa marca, o que chega a ser um pouco surpreendente. Esses pontos serão objeto de análise mais detalhada ao longo deste capítulo. Além disso, os postos estão divididos de maneira balanceada entre chefe e demais membros do domicílio, o que reafirma a importância dos primeiros para o orçamento doméstico.

Já quanto à composição do bloco dos desempregados, cabe destacar a super-representação das mulheres, que corresponde a quase 60% do total, enquanto entre



os ocupados o que acontece é o oposto, de tal sorte que, se calculada separadamente, a taxa de desemprego entre as mulheres é quase o dobro daquela para os homens – 12,9% e 7,4%, respectivamente. Discrepância maior ainda é verificada para o corte segundo a posição no domicílio, dado que os chefes estão bastante sub-representados entre os desempregados – a taxa de desemprego é de 4,5% entre eles, contra 13,9% para os demais membros. Situação semelhante pode ser verificada entre áreas metropolitanas ou não, conforme se verá mais adiante.

Por fim, o **rendimento médio real**, cujo deflator é a média ponderada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) também produzido pelo IBGE, é outro agregado de interesse no acompanhamento do mercado de trabalho. Em 2004 a média dos rendimentos reais recebidos no trabalho principal foi de R\$ 662,05, em valores correntes de setembro daquele ano.

Rendimento médio real é a média dos rendimentos do trabalho reais mensais obtidos através da Pnad – setembro é o mês de referência da pesquisa – e corresponde ao valor em dinheiro, produtos ou mercadorias que os indivíduos ocupados recebem normalmente trabalhando um mês completo no trabalho principal, ou em todos os trabalhos.

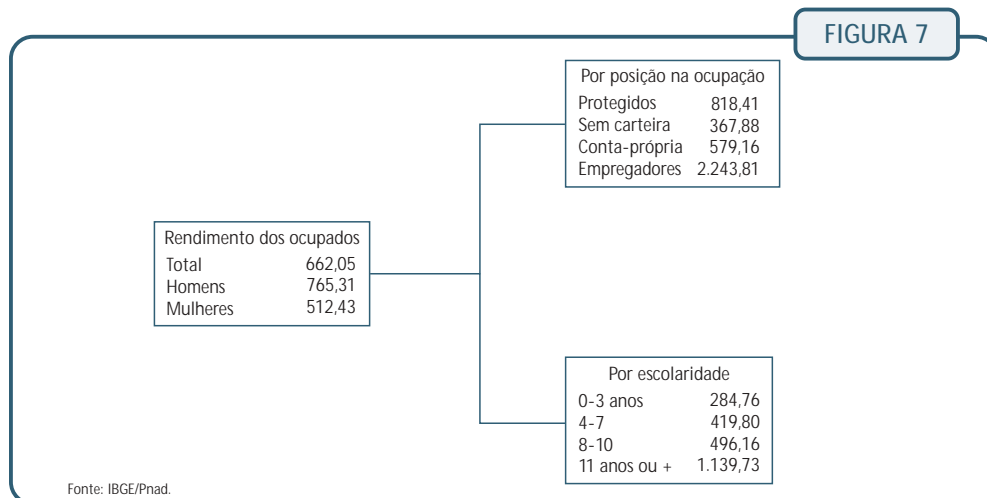
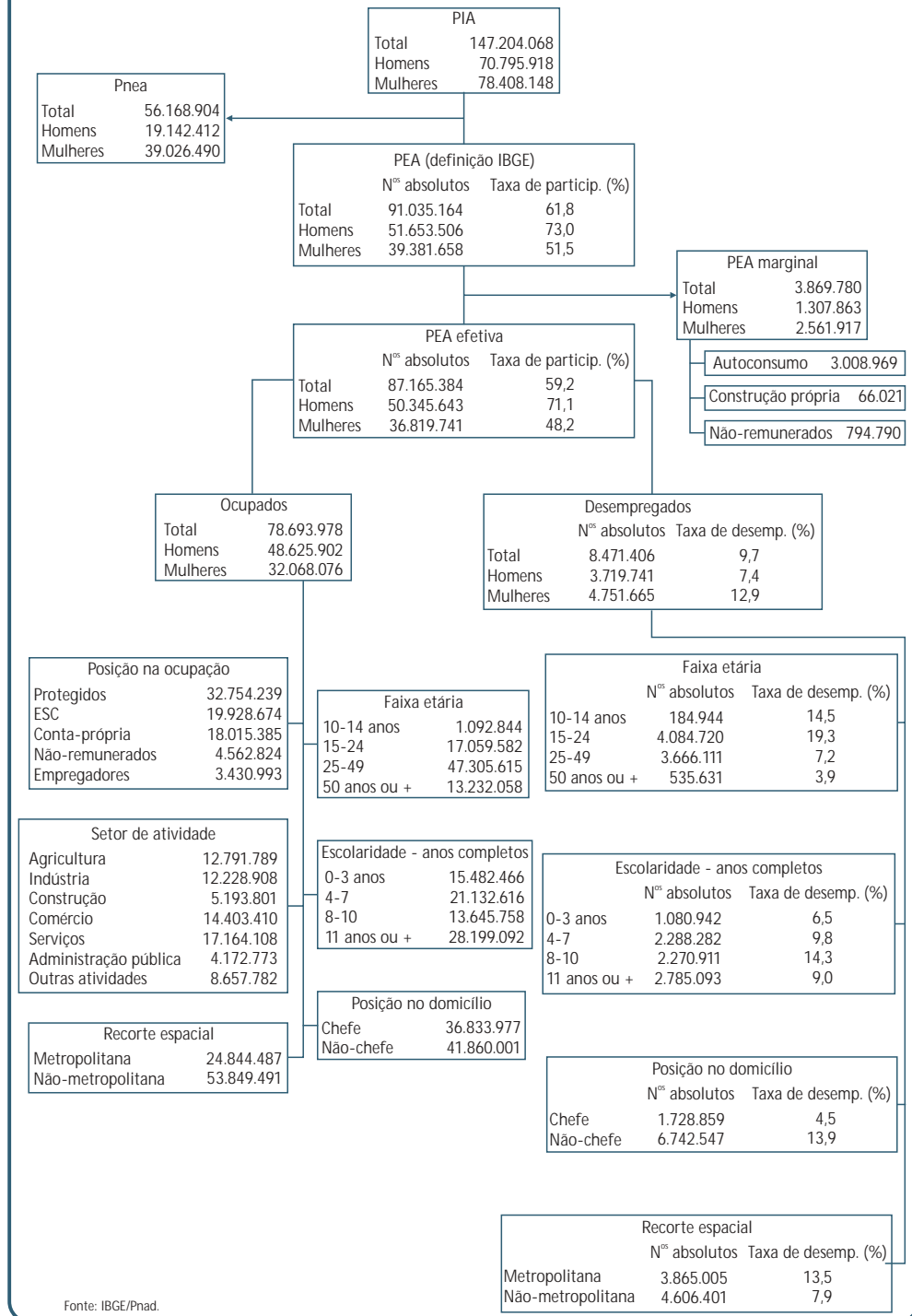


FIGURA 8

Dimensão do Mercado de Trabalho Brasileiro em 2004

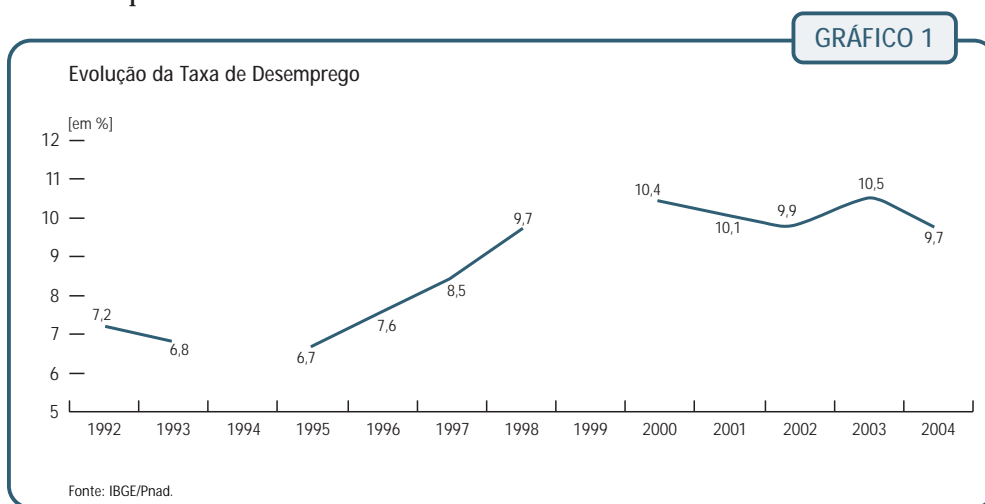


Fonte: IBGE/Phad.

3. COMPORTAMENTO RECENTE DO MERCADO DE TRABALHO

Por larga margem, o indicador mais utilizado para a avaliação do desempenho do mercado de trabalho é a taxa de desemprego.⁵ De modo geral, quando esse indicador encontra-se em patamares baixos, a avaliação tende a ser de que o mercado de trabalho passa por um bom momento, ao contrário de quando ele passa para níveis mais elevados. Nesse sentido, o Gráfico 1 mostra a evolução da taxa de desemprego medida a partir da Pnad no plano nacional, indicando um progressivo desaquecimento desse mercado ao longo do período pós-Real até o ano de 2000 – posteriormente à mudança do regime cambial ocorrida em janeiro de 1999, quando o país entra em um período de estabilidade.

Esse diagnóstico, mesmo que no mais das vezes razoavelmente correto, pode eventualmente gerar equívocos, na medida em que a taxa de desemprego é um indicador sintético resultante de movimentos nem sempre em direções análogas às da oferta (PEA, taxa de participação) e da demanda por trabalho (nível da ocupação, geração líquida de postos de trabalho). Para facilitar a compreensão dessa relação e ilustrá-la para o passado recente, é conveniente apresentar uma maneira fácil de visualizar essa evolução pela construção de um diagrama de fases bastante simples. Para tanto, duas abstrações são necessárias: *a)* admitir a existência de uma taxa natural, ou aceitável, ou desejável, ou tradicional, seja o que for, mas que sirva como referência para avaliar se o mercado de trabalho está tendo um bom desempenho sob esse prisma ou não; e *b)* de forma análoga, pressupor a existência de uma taxa de participação normal, ou tradicional, de tal forma que patamares superiores a ela signifiquem uma pressão acima do normal sobre o mercado de trabalho em termos de geração de emprego – ocorrendo o contrário para taxas inferiores a essa referência.

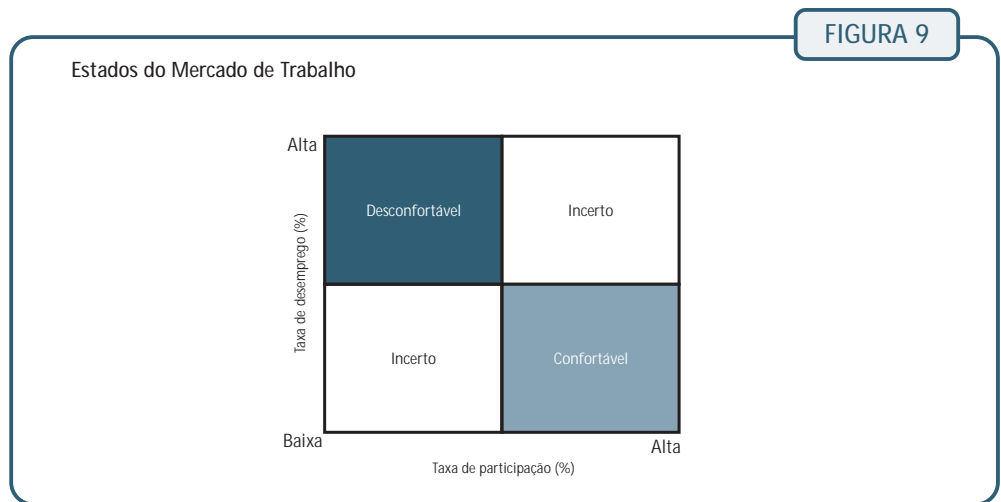


Isso feito, é possível construir o diagrama de fases mostrado na Figura 9, grafando a taxa de desemprego no eixo vertical e a taxa de participação no eixo horizontal, ambos com centro nas taxas de referência aqui mencionadas. Dessa maneira são formados quatro quadrantes, que representam diferentes estados – ou desempenhos – do mercado de trabalho:

a) No quarto quadrante (abaixo e à direita) é possível afirmar que o mercado está em uma situação *confortável*, pois está mostrando um bom desempenho (a taxa de desemprego é inferior à usual, ou *natural*), ainda que com uma pressão da oferta acima do normal (a taxa de participação é a maior do que a usual), o que significa que ele está criando empregos em quantidade mais do que suficiente para absorver a oferta numa proporção aceitável, apesar de pressionado – existe, portanto, espaço para acomodar, pelo menos na margem, eventuais contratemplos.

b) No primeiro quadrante ocorre o contrário: o mercado de trabalho está em uma situação *desconfortável*, uma vez que seu desempenho está aquém do aceitável (a taxa de desemprego é alta), mesmo sob uma pressão da oferta abaixo da usual (a taxa de participação é baixa), refletindo assim uma capacidade de geração de empregos bastante limitada. O mercado está debilitado e, portanto, é preciso uma melhora considerável para que a taxa de desemprego retorne para níveis toleráveis, principalmente se a oferta também voltar à normalidade.

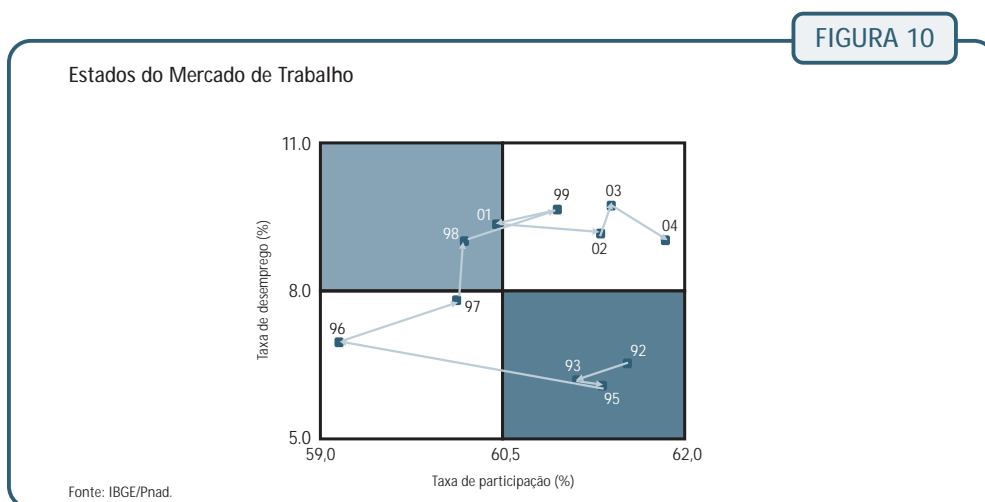
c) No segundo e no terceiro quadrantes o diagnóstico é incerto, pois ou o mercado está tendo uma *performance* inferior à desejável, mas está sob pressão anormalmente elevada (segundo quadrante), ou está tendo um desempenho acima do habitual, mas em condições do lado da oferta mais favoráveis do que o normal (terceiro quadrante).



O segundo diagrama (Figura 10) mostra, de acordo com essa visão, o comportamento recente do mercado de trabalho nacional (1991-2004). Para construí-lo, cumpre ressaltar, foram utilizadas, de forma assumidamente arbitrária, as médias do período como referências para as taxas de desemprego e participação *normais*.⁶ Feita a qualificação, o diagrama revela que, na primeira metade dos anos 1990, o mercado de trabalho estava em uma situação relativamente confortável, apresentando taxas de desemprego baixas no contexto do período como um todo, mesmo sob pressão da oferta acima da média do intervalo analisado.

Uma ligeira tendência de deterioração é revertida após a implementação do Plano Real, o que dura até 1996. Depois disso, entre 1996 e 1998, ocorre uma brusca transição para uma situação de desconforto, com taxas de desemprego relativamente elevadas, mesmo com taxas de participação bem menores que no início. A deterioração torna-se mais flagrante em 1998, quando a súbita elevação da taxa de desemprego ante uma taxa de participação estável leva o mercado de trabalho ao quadrante de *desconforto*. Após a mudança do regime cambial a situação apresenta pequena melhora em 1999 e, provavelmente, ela teria sido mais acentuada em 2000 se houvesse dados da Pnad para esse ano. Após um breve retorno à situação de desconforto em 2001, consequência direta dos efeitos do racionamento de energia sobre o desempenho da economia e, portanto, da geração de postos de trabalho, o mercado volta a melhorar paulatinamente, fixando-se no primeiro quadrante e distanciando-se do segundo – a taxa de desemprego permanece razoavelmente estável, não obstante a presença de um contínuo aumento da pressão da oferta, que retorna aos níveis da década anterior.⁷

Em suma, em que pese os movimentos serem parecidos com os da taxa de desemprego tomada isoladamente, e os estados inicial e final serem semelhantes,



algumas transições específicas – 1998 e 2001, em particular – são bastante distintas. Naturalmente a razão para que se obtenham avaliações diferentes em determinados momentos se deve à combinação das dimensões da oferta e da demanda por trabalho. Como esta última está *embutida* no diagrama, é necessário analisá-la aqui de forma mais detalhada, assim como a oferta, o que será objeto das próximas seções.

4. OFERTA DE TRABALHO

A queda na taxa de fecundidade a partir dos anos 1980 fez com que, nos últimos tempos, a taxa de crescimento da PIA entrasse em declínio, tendência esta que deve se tornar mais intensa nos próximos anos, conforme se pode depreender da leitura do Capítulo 2 deste volume. Ao lado desse fenômeno, as mudanças por que passou a economia brasileira, com os inexoráveis reflexos no mercado de trabalho, alteraram o processo de decisão de ingresso na força de trabalho, mormente em função das crescentes necessidades de maior qualificação para que uma pessoa possa almejar colocações de boa qualidade. O reflexo maior de tal mudança se dá por meio da postergação do ingresso no mercado por parte dos jovens, que tendem a permanecer mais tempo na escola.⁸ Paralelamente, movimentos que já se faziam sentir há mais tempo em decorrência do progressivo abrandamento de posturas discriminatórias e segregacionistas prosseguiram seu curso. Com isso, por exemplo, a participação das mulheres tem aumentado. O resultado desses diversos fatores acaba por influenciar estruturalmente a taxa de participação e, conseqüentemente, a oferta de trabalho. Além disso, há elementos de ordem conjuntural, como os efeitos desalento e trabalhador adicional, que contribuem para afetar a taxa de participação e a pressão da oferta sobre os indicadores de desempenho.

As informações contidas na Tabela 1 ilustram bastante bem as mudanças potenciais na evolução da oferta de trabalho advindas da mudança do padrão demográfico – ver também o Capítulo 2 deste volume. Embora no período como um todo tanto a PIA quanto a PEA apresentem crescimento de forma quase idêntica (30%), nesse mesmo período o ritmo de expansão da PIA diminui sobremaneira: de uma média de 2,3% a.a. na década de 1990 para 2,0% a.a. na atual, valendo observar que entre 2003 e 2004 esse crescimento já era de apenas 1,8%. Destaque-se ainda que esse fenômeno é espacialmente homogêneo, com exceção das regiões Norte e Centro-Oeste, nas quais as taxas permanecem elevadas por se tratar de áreas de fronteira de expansão da atividade econômica.

De fato, ainda não se fizeram sentir os efeitos da redução da pressão da oferta sobre a necessidade de geração de postos de trabalho e, portanto, de maiores espaços para queda do desemprego, porque a taxa de participação, mantida estável em

TABELA 1
População em Idade Ativa (PIA) e População Economicamente Ativa (PEA)

	1992	1999	2001	2004	Crescimento (% a.a.)	
					1992-1999	2001-2004
PIA						
Brasil	113.295.184	133.172.799	138.859.293	147.204.066	2,3	2,0
Metropolitano	35.922.309	42.305.672	45.009.659	47.690.927	2,4	1,9
Metropolitano PME ^a	30.418.338	35.499.092	37.015.642	38.936.662	2,2	1,7
Não-metropolitano	77.372.875	90.867.127	93.849.634	99.513.139	2,3	2,0
Urbano	54.439.381	66.242.236	73.592.369	78.931.538	2,8	2,4
Rural	22.933.494	24.624.891	20.257.265	20.581.601	1,0	0,5
Grandes regiões						
Norte	4.829.948	6.480.837	7.631.199	8.591.123	4,3	4,0
Nordeste	32.093.307	37.405.255	38.461.233	40.505.210	2,2	1,7
Sudeste	51.061.586	59.794.788	61.817.887	65.148.763	2,3	1,8
Sul	17.799.210	20.253.347	21.226.916	22.486.762	1,9	1,9
Centro-Oeste	7.511.133	9.238.572	9.722.058	10.472.208	3,0	2,5
PEA						
Brasil	65.977.197	77.243.166	80.346.975	87.165.384	2,3	2,8
Metropolitano	20.313.152	24.460.828	26.385.280	28.709.492	2,7	2,9
Metropolitano PME ^a	17.099.161	20.461.572	21.660.302	23.437.665	2,6	2,7
Não-metropolitano	45.664.045	52.782.338	53.961.695	58.455.892	2,1	2,7
Urbano	31.168.366	37.794.927	42.058.271	46.351.860	2,8	3,3
Rural	14.495.679	14.987.411	11.903.424	12.104.032	0,5	0,6
Grandes regiões						
Norte	2.719.508	3.664.176	4.203.231	4.914.259	4,4	5,3
Nordeste	18.314.010	21.173.413	21.088.859	22.815.027	2,1	2,7
Sudeste	29.146.295	34.262.006	36.057.691	38.824.523	2,3	2,5
Sul	11.226.814	12.561.608	13.084.127	14.168.877	1,6	2,7
Centro-Oeste	4.570.570	5.581.963	5.913.067	6.442.698	2,9	2,9

Fonte: IBGE/Pnad.

^a As seis RMs pesquisadas pela PME são: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador. As demais que constam da Pnad são: Curitiba, Fortaleza, Belém e Brasília.

torno de 58% na década anterior, cresceu no período recente, atingindo 59,2% em 2004. Com isso a PEA ainda vem apresentando um crescimento mais substancial, com um alcance da taxa média de expansão entre 2001 e 2004 de 2,8% a.a., consideravelmente acima daquela da PIA.

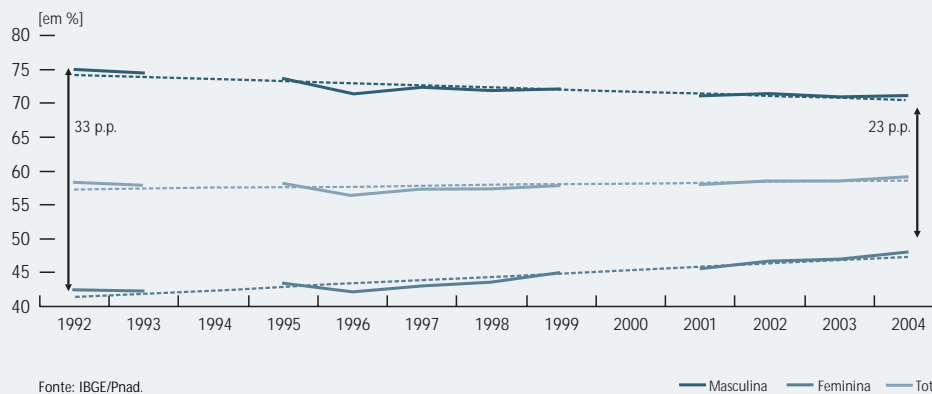
A Mulher Aumenta sua Participação no Mercado de Trabalho

A evolução da taxa de participação no mercado de trabalho apresentou tendências diferentes na desagregação por gênero. Enquanto a taxa de participação dos homens declinou de forma praticamente contínua, acumulando uma queda de aproximadamente 4 pontos percentuais (p.p.) – de 75,0% em 1992 para 71,1% em 2004 –, a taxa de participação feminina apresentou aumento, também de modo paulatino, de cerca de 6 p.p. no mesmo período, partindo de 42,4% em 1992 e atingindo 48,2% em 2004.

Esses movimentos estão, é claro, associados a transformações de ordem cultural e socioeconômica, bem como às alterações estruturais na economia como um todo e que repercutiram no mercado de trabalho. No que se refere às mulheres, a sua crescente participação é, em grande medida, decorrente da redução de obstáculos de natureza não econômica ao seu ingresso no mercado de trabalho e, também, da necessidade de complementação dos orçamentos familiares, fator que por certo influenciou muito a mudança de postura cultural em relação ao trabalho feminino. Quanto aos homens, a queda da participação na força de trabalho está, plausivelmente, vinculada à maior seletividade do mercado, que privilegia e demanda cada vez mais trabalhadores com maior nível de escolaridade – ver Capítulo 6 desta edição. Com isso ocorrem mudanças na participação no mercado ao longo do espectro etário. Nas faixas mais altas, onde há maior incidência de indivíduos com baixa escolaridade, a atividade laboral dos homens cai por falta de oportunidades, o que acaba forçando a sua transição para a inatividade (Pnea). Já os mais jovens tendem a adiar seu ingresso no mercado de trabalho com o objetivo de adquirir mais qualificação e aumentarem sua chance de empregabilidade no futuro. O Gráfico 2 ilustra bem a convergência entre as taxas de participação feminina e masculina: em 1992 a diferença entre elas era de 32,6 p.p., e não mais que 22,9 p.p. em 2004.

GRÁFICO 2

Taxa de Participação por Sexo



Talvez o resultado mais importante dessas tendências opostas é que, no frigar dos ovos, elas praticamente se compensam, de tal sorte que a taxa de participação total se apresentou praticamente estável: de ponta a ponta a variação foi de apenas 1 p.p. ao longo do período, e assim mesmo em função do aumento em 2004, pois na comparação com 2003 a diferença é virtualmente

continua

continuação

nula. A relevância do fato reside na implicação de que, ao contrário daquilo muitas vezes afirmado, as transformações socioculturais responsáveis pelo aumento da participação das mulheres não estão criando pressão adicional da oferta no desempenho do mercado de trabalho.

Na verdade, esses efeitos atuam na mesma direção quando a questão é o crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho. Tanto é que em 1992 as mulheres representavam 37% do total de ocupados e passaram a ocupar 41% dos postos de trabalho em 2004 – um aumento de 4,2 p.p da sua participação no total da ocupação. Pela mesma moeda, sua presença no contingente de desempregados também aumentou, apresentando um crescimento de 108%, enquanto a média foi de 78% no período.

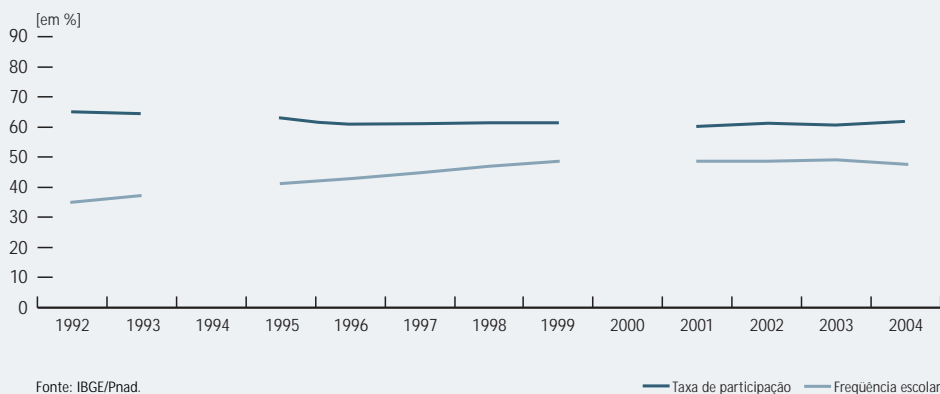
QUADRO 3

A Participação dos Jovens no Mercado de Trabalho

Os jovens de 15 a 24 anos de idade vêm experimentando uma queda na taxa de participação quase contínua desde a década de 1990, segundo os dados da Pnad. Conforme demonstrado no Gráfico 3, essa taxa era de 65% em 1992, chegou a 60% em 2001 e manteve-se próxima desse patamar nos anos mais recentes. Para alguns esse fato desperta preocupações sobre a questão da inserção da população jovem no mercado de trabalho. Contudo, o aumento na taxa de frequência escolar nessa faixa etária pode indicar que os jovens estão optando por adiar seu ingresso no mercado de trabalho, de forma a permanecerem na escola por mais tempo, com o objetivo de acumular mais anos de estudo em função da exigência de mais qualificação por parte dos empregadores. Naturalmente esse é um ponto que requer investigações mais aprofundadas para que se obtenha um diagnóstico mais apurado.

GRÁFICO 3

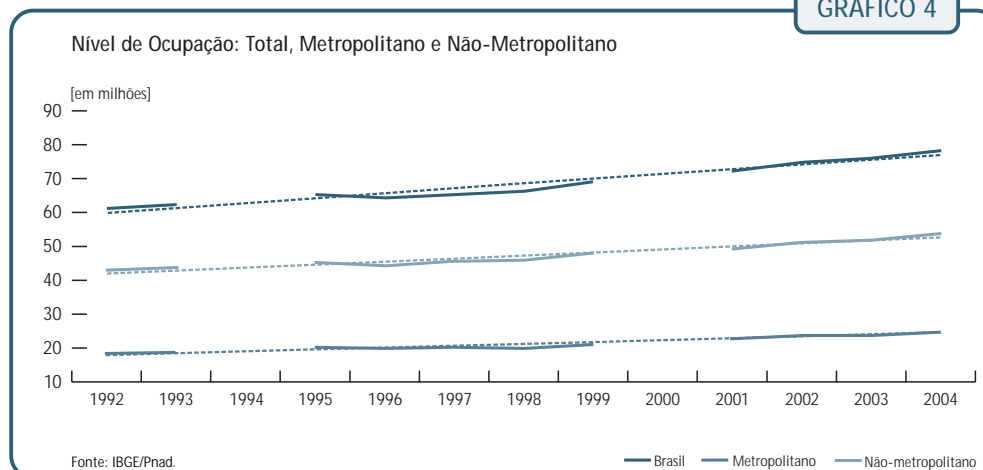
Taxa de Participação e Frequência Escolar dos Jovens de 15 a 24 Anos



5. OCUPAÇÃO

Os dados sobre a evolução do nível da ocupação no período em foco, conforme retratado no Gráfico 4, mostram um intervalo de marcante estagnação entre 1995

GRÁFICO 4



e 1998, seguido do esboço de recuperação em 1999, que seria interrompido em 2001 e retomado a partir de então. Fica claro que nesse intervalo intermediário a taxa de desemprego, na ausência de geração de empregos, foi comandada pelo comportamento da oferta, bem como pela atuação no sentido de atenuar as variações da demanda em 1999 e em 2001. Neste último em particular, a taxa de desemprego provavelmente teria sido substantivamente mais alta não fosse a queda observada na pressão da oferta, conforme identificado no diagrama de fases anteriormente discutido (Seção 3, Figura 10).

A Tabela 2 permite analisar com mais clareza o comportamento do nível da ocupação entre 1992 e 2004, ratificando e dando contornos mais sólidos à tendência vislumbrada no gráfico. Há uma nítida diferença no padrão de evolução da ocupação nas décadas anterior e atual, com as taxas médias de crescimento subindo de forma expressiva de 2001 para cá tanto nos mercados de trabalho

TABELA 2
Pessoas de 10 Anos e mais de Idade: Ocupadas

Ocupadas	1992	1999	2001	2004	Crescimento (% a.a.)	
					1992-1999	2001-2004
Brasil	61.229.427	69.181.057	72.270.922	78.693.978	1,80	2,90
Metropolitano	18.333.313	20.947.458	22.952.644	24.844.487	1,90	2,70
Metropolitano PME ^a	15.414.073	17.489.766	18.819.143	20.197.688	1,80	2,40
Não-metropolitano	42.896.114	48.233.599	49.318.278	53.849.491	1,70	3,00

Fonte: IBGE/Pnad.

^a As seis RMs pesquisadas pela PME são: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador. As demais que constam da Pnad são: Curitiba, Fortaleza, Belém e Brasília.

metropolitanos quanto, principalmente, fora deles, de tal forma que no plano nacional ocorre um salto de 1,8% a.a. para 2,9% a.a. de um período para outro.

A população ocupada total teve um crescimento de 28,5%, passando de 61,2 milhões em 1992 para 78,7 milhões em 2004, o que significa a geração de 17,5 milhões de postos de trabalho em termos líquidos. Em termos espaciais esse aumento esteve mais concentrado em algumas áreas e regiões do que em outras. Esse é o caso, por exemplo, das áreas metropolitanas *vis-à-vis* as não-metropolitanas. Enquanto as seis RMs pesquisadas pela PME, conforme mostrado na Tabela 3, experimentaram um aumento de aproximadamente 31,0% (o equivalente a cerca de 4,8 milhões de ocupados),⁹ percentual semelhante ao agregado das dez metrôpoles brasileiras (35,5% – equivalente a 6,5 milhões de ocupados), o Brasil não-metropolitano apresentou um crescimento de 25,5% (equivalente a 10,95 milhões de ocupados). Como resultado desse crescimento diferenciado, as áreas metropolitanas aumentaram sua participação na ocupação total em 1,63 p.p. – o subconjunto da PME, considerado isoladamente, aumentou sua participação em cerca de 0,49 p.p.

TABELA 3
Pessoas de 10 Anos e mais de Idade Ocupadas e Desocupadas: Variações Espaciais

Ocupadas	1992	2004	Diferença absoluta (1992-2004)	Crescimento (%) (1992-2004)	Crescimento na participação (p.p.) (1992-2004)
Brasil	61.229.427	78.693.978	17.464.551	28,5	-
Metropolitano	18.333.313	24.844.487	6.511.174	35,5	1,63
Metropolitano PME ^a	15.414.073	20.197.688	4.783.615	31,0	0,49
Não-metropolitano	42.896.114	53.849.491	10.953.377	25,5	-1,63
Urbano	28.671.843	42.119.420	13.447.577	46,9	6,70
Rural	14.224.271	11.730.071	2.494.200	-17,5	-8,33
Grandes regiões					
Norte	2.478.843	4.461.408	1.982.565	80,0	1,62
Nordeste	17.052.167	20.512.583	3.460.416	20,3	-1,78
Sudeste	26.803.742	34.558.310	7.754.568	28,9	0,14
Sul	10.631.177	13.271.186	2.640.009	24,8	-0,50
Centro-Oeste	4.263.498	5.890.491	1.626.993	38,2	0,52

Fonte: IBGE/Pnad.

^a As seis RMs pesquisadas pela PME são: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador. As demais que constam da Pnad são: Curitiba, Fortaleza, Belém e Brasília.

É importante chamar a atenção para o fato de que o menor crescimento da ocupação não-metropolitana é decorrência direta do desempenho nas áreas rurais, nas quais ocorreu um encolhimento de 17,5% nesse período de 12 anos. De fato, se tomada apenas a parte urbana das áreas não-metropolitanas, observa-se uma geração expressiva de ocupações – foram criados 13,45 milhões de postos de trabalho entre 1992 e 2004, o que significa uma expansão de 46,9%. Tal crescimento implicou um aumento na participação de 6,7 p.p., fazendo com que esta passasse a ser superior a 50% da ocupação nacional em 2004.

Também no plano das grandes regiões geográficas observam-se diferenças no padrão de crescimento da população ocupada no período. A expansão na região Norte chegou a 80,0% – a maior de todas – e aumentou sua participação em 1,62 p.p., enquanto, no extremo oposto, a região Nordeste cresceu tão-somente 20,3%, com sua participação encolhendo até 1,78 p.p. Em escala menor, a ocupação na região Sul também cresceu abaixo da média nacional e, portanto, teve sua participação no total reduzida, enquanto o Sudeste e o Centro-Oeste, mesmo que modestamente, aumentaram sua fatia no total de ocupados.

QUADRO 4

Trabalho Infantil: a Lei e a Prática

Conforme destacado na nota¹, em que pese a existência de uma regulamentação trabalhista que proíbe o trabalho para menores de 16 anos, na verdade essa disposição é infringida e a prática do trabalho infantil é uma realidade. Como tal, as pesquisas domiciliares como a Pnad o registram, tendo em vista seus propósitos estatísticos e informativos. Esses dados permitem também que se possa formar juízo a respeito da extensão de sua incidência e identificação de núcleos onde é mais intenso, de forma a subsidiar a concepção e implementação de políticas destinadas a erradicá-lo.

Nas últimas duas décadas um destaque especial deve ser conferido ao decréscimo substantivo da quantidade de mão-de-obra infantil, particularmente no recorte de 10 a 14 anos de idade, conforme sumariado na Tabela 4. Em 2004 a Pnad registrou que 1.092.844 do total de ocupados pertenciam a essa faixa etária, em vivo contraste com os 2.922.666 de 1992 – o que significa uma redução absoluta de quase 60% no período. Essa variação fica mais evidenciada se avaliada em termos proporcionais: em 1992 a mesma faixa etária constituía 4,77% dos ocupados, caindo para 1,4% em 2004. Os progressos alcançados nessa frente servem, por um lado, para atestar a eficiência de alguns programas e políticas voltados à erradicação do trabalho infantil nesse intervalo de tempo – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Bolsa Escola, Bolsa Família, fiscalização trabalhista, entre outros. Por outro, o fato de haver mais de 1 milhão de crianças trabalhando empana ao menos em parte esses progressos, indicando que há que se aprimorar as políticas no sentido de torná-las mais eficientes. Essa preocupação ganha algum respaldo adicional quando se observa que o ritmo da redução absoluta vem diminuindo na década atual: era de 161 mil por ano, em média, na anterior, tendo passado para 126 mil na atual. Naturalmente há que se ter em conta que, à medida que o contingente diminui, quedas adicionais se tornam mais árduas. Não obstante essa qualificação, o patamar ainda é bastante elevado e, ainda que possa parecer extremada, a necessidade de uma postura de tolerância

continua

continuação

zero em relação ao trabalho infantil faz com que a redução no ritmo seja encarada como um retrocesso.

Na sua dimensão espacial, a Tabela 4 revela que o trabalho infantil é um fenômeno essencialmente não-metropolitano, incidindo de forma mais marcante no meio rural (quase 50% do total), sendo que as reduções proporcionais têm ocorrido de maneira semelhante. Quanto às grandes regiões geográficas, a utilização da mão-de-obra infantil é um traço mais característico do Nordeste, que responde pela metade do total. Mais preocupante, o ritmo de renúncia à exploração dessa forma de trabalho vem sendo menor no Nordeste, tanto que a sua participação cresceu 3,6 p.p. no agregado nacional. Nesse particular, o destaque positivo fica por conta da região Sudeste, que apresentou uma redução percentual superior à média nacional e, com isso, reduziu sua participação em 5,3 p.p. Do ponto de vista de redução absoluta, a nota negativa cabe à região Sul, na medida em que a queda média anual de renúncia na presente década é inferior a 20% do que vinha sendo observado na anterior.

TABELA 4
Pessoas Ocupadas com 10 a 14 Anos de Idade

Ocupadas	1992	2001	2004	Redução média	
				1992-2001	2001-2004
Brasil	2.922.666	1.471.791	1.092.844	161.208,3	126.315,7
Metropolitano	303.310	163.603	126.252	15.523,0	12.450,3
Metropolitano PME ^a	228.206	119.589	92.547	12.068,6	9.014,0
Não-metropolitano	2.619.356	1.308.188	966.592	145.685,3	113.865,3
Urbano	1.078.946	606.711	465.708	52.470,6	47.001,0
Rural	1.540.410	701.477	500.884	93.214,8	66.864,3
Grandes regiões					
Norte	126.473	76.713	66.437	5.528,9	3.425,3
Nordeste	1.333.336	770.552	537.995	62.531,6	77.519,0
Sudeste	774.665	327.845	231.304	49.646,7	32.180,3
Sul	485.009	205.031	188.996	31.108,7	5.345,0
Centro-Oeste	203.183	91.650	68.112	12.392,6	7.846,0

Fonte: IBGE/Pnad.

^aAs seis RMs pesquisadas pela PME são: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador. As demais que constam da Pnad são: Curitiba, Fortaleza, Belém e Brasília.

5.1 Ocupação na Indústria

Um segmento emblemático é o setor da indústria, por ser tradicionalmente encarado como segmento líder e indutor do processo de desenvolvimento econômico. O crescimento do emprego industrial se deu de forma relativamente tímida no

período aqui examinado, tendo passado de 10,2 milhões de postos de trabalho em 1992 para 12,2 milhões em 2004, como pode ser visto na Tabela 5. Isso representa um crescimento de 20,4%, inferior aos 28,5% constatados para a ocupação como um todo. A criação de empregos na indústria respondeu, assim, por apenas 11,9% do total de novos postos de trabalho. Esse resultado não chega a constituir surpresa, haja vista o processo de reestruturação e enxugamento da estrutura produtiva do setor para a obtenção de ganhos de produtividade – ver glossário no Capítulo 6, Seção 1 – e, assim, lograr maior competitividade internacional em um contexto de uma economia em franco processo de abertura. Tanto é que o ganho automático e *espontâneo* de competitividade proporcionado pela mudança de regime cambial, com conseqüente desvalorização da nossa moeda, funcionou como um *divisor de águas* para o desempenho do emprego na indústria: no período 1992-1999 o crescimento anual médio foi nulo, refletindo a estagnação do nível da ocupação industrial no plano nacional, e passou para 3,4% a.a. na década presente; o contraste é ainda mais intenso para as metrópoles, que haviam experimentado uma redução desse tipo de emprego na década anterior, passando a crescer na atual.

A Tabela 6, mais desagregada em termos regionais, confirma essa primeira evidência concreta de descentralização do emprego industrial: enquanto o saldo nas RMs foi a criação virtualmente nula (30 em termos líquidos) de postos de trabalho na indústria – já para as regiões da PME houve uma destruição de quase 180 mil –,¹⁰ no Brasil não-metropolitano houve a geração de 2,043 milhões de empregos. Vale notar que como o desempenho nas áreas rurais também foi negativo, o saldo nas áreas urbanas fica ainda mais expressivo, com a criação de 2,227 milhões de postos. Em termos de participação no emprego industrial, isso significa perdas de 6,46 p.p. na fatia metropolitana e 3,11 p.p. no meio rural, contrapostas por uma expansão de 9,56 p.p. nas áreas urbanas.

TABELA 5
Ocupação na Indústria

Ocupados	1992	1999	2001	2004	Crescimento (% a.a.)	
					1992-1999	2001-2004
Brasil	10.155.849	10.151.495	11.070.593	12.228.908	0,0	3,4
Metropolitano	4.012.834	3.530.470	3.828.998	4.042.348	-1,8	1,8
Metropolitano PME ^a	3.530.513	3.010.293	3.229.340	3.357.949	-2,3	1,3
Não-metropolitano	6.143.015	6.621.025	7.241.595	8.186.560	1,1	4,2

Fonte: IBGE/Pnad.

^aAs seis RMs pesquisadas pela PME são: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador. As demais que constam da Pnad são: Curitiba, Fortaleza, Belém e Brasília.

TABELA 6
Ocupação na Indústria: PNADs de 1992 e 2004

Ocupados	1992	2004	Diferença absoluta (1992-2004)	Crescimento (%) (1992-2004)	Crescimento na participação (p.p.) (1992-2004)
Brasil	10.155.849	12.228.908	2.073.059	20,4	-
Metropolitano	4.012.834	4.042.348	29.514	0,7	-6,46
Metropolitano PME	3.530.513	3.357.949	172.564	-4,9	-7,30
Não-metropolitano	6.143.015	8.186.560	2.043.545	33,3	6,46
Urbano	5.182.185	7.409.465	2.227.280	43,0	9,56
Rural	960.830	777.095	183.735	-19,1	-3,11
RMSP	1.901.426	1.679.202	222.224	-11,7	-4,99
SP não-metropolitano	1.499.281	2.109.591	610.310	40,7	2,49
Grandes regiões					
Norte	337.447	607.338	269.891	80,0	1,64
Nordeste	1.826.008	2.075.628	249.620	13,7	-1,01
Sudeste	5.549.166	6.280.557	731.391	13,2	-3,28
Sul	1.978.667	2.609.410	630.743	31,9	1,86
Centro-Oeste	464.561	655.975	191.414	41,2	0,79

Fonte: IBGE/Pnad.

O painel intermediário revela uma dimensão adicional do processo de despolarização do emprego industrial, deixando claro que o *esvaziamento* das áreas metropolitanas é decorrência direta do desempenho da RMSP, principal pólo industrial do país: entre 1992 e 2004 houve uma perda líquida de 222 mil vagas no setor industrial na RMSP, o que representou um encolhimento de 11,7% e uma redução de 4,99 p.p. na participação no emprego industrial. É interessante notar que essa perda de postos de trabalho na RMSP é totalmente compensada pela geração líquida ocorrida no interior do estado, de tal maneira que o emprego industrial no Estado de São Paulo fica estável no período. Pode-se falar, desse modo, da existência de um processo de migração industrial da RMSP para, entre outros destinos, o interior do próprio estado.

QUADRO 5

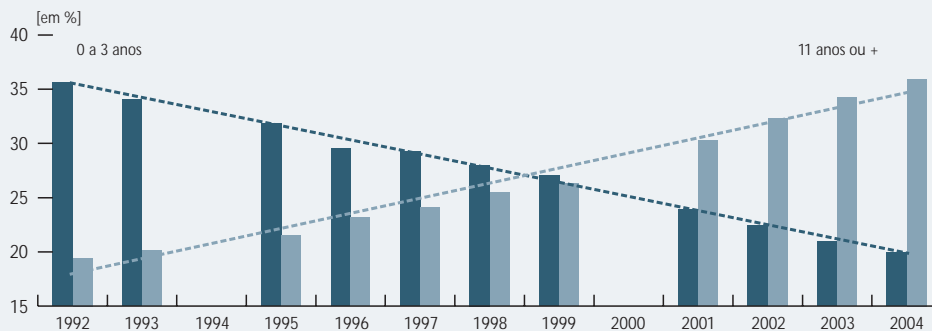
Escolaridade e Ocupação

Os dados da ocupação por grau de escolaridade indicam um maior grau de exigência e seletividade no mercado de trabalho brasileiro. A parcela da população ocupada com pelo menos 11 anos completos de estudo foi a que mais cresceu entre 1992 e 2004 (137,3%), passando de 11,9 milhões para o nível de 28,2 milhões de trabalhadores do início ao final do período. Em especial, o ano de 2004 foi o de maior crescimento absoluto desse contingente, na comparação com anos anteriores, tendo sido registrada a criação, em termos líquidos, de 2,3 milhões de postos de trabalho ocupados por pessoas com esse nível de escolaridade. De forma até certo ponto surpreendente, esse crescimento foi mais acentuado fora das RMs, atingindo 152,3% – comparado a 119,2% nas metrópoles.

Em contrapartida, os trabalhadores menos escolarizados vêm perdendo espaço no contingente total de ocupados, ano após ano: em 1992 a participação desse grupo de pessoas era de 25,6%, reduzindo-se para 19,9% em 2004. Apenas no ano de 2004, esse mesmo contingente perdeu 399 mil vagas de trabalho – única parcela da população que perdeu empregos em termos líquidos. No intervalo de 12 anos em questão, a retração absoluta foi de 6,3 milhões de trabalhadores na categoria, o equivalente a 28,8% da quantidade inicial – no caso igualmente distribuída entre RMs e áreas não-metropolitanas (27,3% e 29,1%, respectivamente).

GRÁFICO 5

Composição da Ocupação por Escolaridade



Fonte: IBGE/Phad.

6. DESEMPREGO

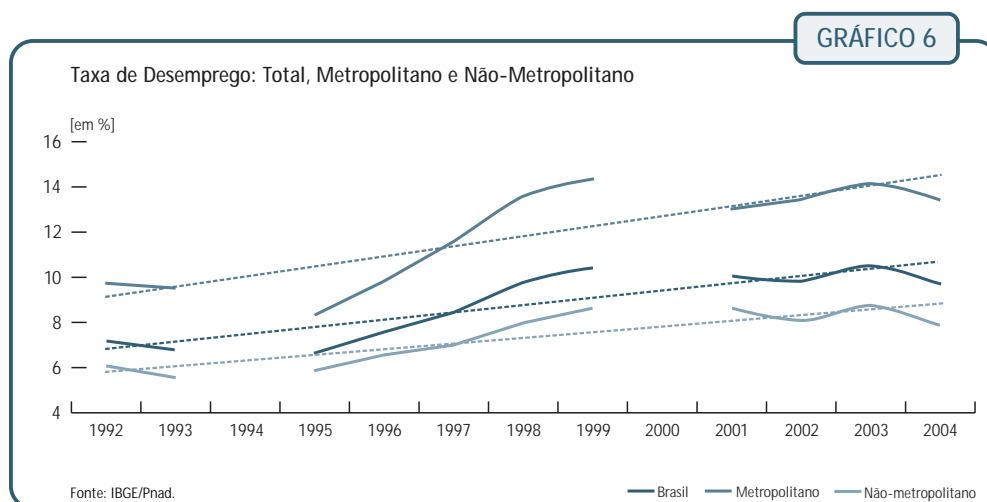
A evolução da taxa de desemprego foi brevemente discutida logo no início deste capítulo. Como frisado, após ligeira queda no período imediatamente pós-Real, houve um período prolongado de ascensão contínua (1996 a 1999), quando foi cunhada a expressão *desemprego estrutural* – expressão essa que teria a ver com as mudanças na estrutura produtiva ditadas pela nova ordem econômica internacional em que o Brasil se inseria no bojo do processo de abertura econômica (ver

também Capítulo 4). Independentemente do quão adequado possa ser esse diagnóstico, o fato é que após a mudança do regime cambial houve uma reorganização do processo produtivo e, na década atual, a taxa de desemprego vem se mostrando bem mais estável, em patamar pouco inferior ao atingido em 1999.

Uma hipótese bastante aventada durante o período de crescimento da taxa de desemprego é que o fenômeno era típico, e mais flagrante, nas grandes metrópoles. Como as taxas de desemprego da PME, em função da periodicidade e contemporaneidade dessa pesquisa domiciliar, tinham um impacto bastante forte na formação de opiniões e expectativas da sociedade em geral e agentes econômicos em particular, caso a hipótese fosse verdadeira, o diagnóstico daí inferido a respeito do dinamismo do mercado de trabalho poderia estar seriamente equivocado. O Gráfico 6 indica, todavia, que tais preocupações eram improcedentes, pois embora as taxas metropolitanas sejam, de fato, mais elevadas, as variações tendem a ser bastante similares. Em outros termos: se havia discrepâncias nas taxas da PME, elas se deviam à natureza da pesquisa – esquema amostral, conceitos e fluxo do questionário, conforme detalhado no Quadro 6 –, mas não eram decorrência da sua cobertura propriamente dita.

No que diz respeito ao contingente de desempregados, de forma análoga ao observado para o nível de ocupação, o aumento entre 1992 e 2004 foi maior nas RMs (95,2%) do que nas áreas não-metropolitanas (66,4%), tendo sido de 78,4% a média nacional – maior do que o crescimento da ocupação, o que acarretou o aumento da taxa de desemprego observado no Gráfico 6.

Um outro aspecto acerca do desemprego está relacionado com a sua incidência conforme grupos ou estratos populacionais. Em relação às regiões geográficas, o padrão é de uma até surpreendente homogeneidade entre todas elas,



com exceção da região Sul, onde o total de desempregados cresceu apenas 50%, comparados a cerca de 80% em todas as quatro outras.

As mulheres foram especialmente afetadas pelo desemprego, que entre elas cresceu 107,7%, tendo ficado acima da média nacional em todos os recortes espaciais selecionados. Vale citar que as mulheres também aumentaram a sua presença relativa entre os ocupados – expansão de 43,3% *vis-à-vis* 20,0% para os homens, conforme pode ser visto no quadro resumo ao final do capítulo. Segue daí que o maior crescimento do desemprego entre elas é fruto, também, do aumento de sua taxa de participação no mercado. Não obstante a qualificação, conforme anteriormente mencionado, a taxa de desemprego feminino em 2004 era de 13,5%, quase o dobro dos 7,9% de taxa de desemprego entre os homens.¹¹

TABELA 7
Composição dos Desempregados

Desempregados	1992	2004	Diferença absoluta (1992-2004)	Crescimento (%) (1992-2004)
Brasil	4.747.770	8.471.406	3.723.636	78,4
Metropolitano	1.979.839	3.865.005	1.885.166	95,2
Metropolitano PME	1.685.088	3.239.977	1.554.889	92,3
Não-metropolitano	2.767.931	4.606.401	1.838.470	66,4
Grandes regiões				
Norte	240.665	452.851	212.186	88,2
Nordeste	1.261.843	2.302.444	1.040.601	82,5
Sudeste	2.342.553	4.266.213	1.923.660	82,1
Sul	595.637	897.691	302.054	50,7
Centro-Oeste	307.072	552.207	245.135	79,8
Mulheres	2.288.264	4.751.665	2.463.401	107,7
Metropolitano	954.311	2.153.715	1.199.404	125,7
Metropolitano PME	810.635	1.804.375	993.740	122,6
Não-metropolitano	1.333.953	2.597.950	1.263.997	94,8
Chefes de domicílio	973.864	1.728.859	754.995	77,5
Metropolitano	409.288	808.131	398.843	97,4
Metropolitano PME	350.602	651.450	300.848	85,8
Não-metropolitano	564.576	920.728	356.152	63,1

Fonte: IBGE/Pnad.

Já os chefes de domicílio, que constituem um grupo em que a incidência do desemprego é ainda mais grave por serem em geral os principais responsáveis pela provisão de recursos para o orçamento familiar, acabaram sendo afetados pelo desemprego, que cresceu 77,3% entre eles, de forma praticamente neutra em relação

QUADRO 6

Conceitos e Definições da Taxa de Desemprego

O conjunto de desempregados é definido como o número de indivíduos que, em determinado período de referência, estava procurando emprego, porém sem sucesso. Embora, à primeira vista, possa parecer simples, o conceito de desemprego está longe de ser trivial. De início é preciso esclarecer o significado da expressão *procurar emprego*, uma vez que isso pode vir a alterar o cálculo do contingente de desempregados e, portanto, influenciar a taxa de desemprego – definida como a razão entre o total de desempregados e a força de trabalho total. Qualquer providência efetiva na procura por uma ocupação, ou seja, o contato estabelecido com empregadores, por iniciativa própria ou em resposta a anúncio de emprego, ou a consulta a uma agência de emprego, sindicato ou órgão similar, são considerados como iniciativas efetivas de procura por emprego. Também podem e normalmente são assim consideradas a mera solicitação de trabalho a um parente, amigo, tomada de providências para abertura de negócio próprio, ou mesmo a inscrição e prestação de concurso.

Quanto ao período de referência para a procura, não existe um padrão determinado, embora uma semana ou um mês sejam os mais utilizados – há casos em que a pergunta é feita para o período de um ano, mas normalmente essas respostas são utilizadas apenas para fornecer um entendimento mais amplo da questão. Entre as pesquisas domiciliares do IBGE, a Pnad usa o intervalo de sete dias como período de referência, enquanto a PME, desde março de 2002, utiliza o período de 30 dias. A metodologia antiga da PME, descontinuada em 2002, utilizava os dois períodos – é bem verdade que apenas o de uma semana era destacado na divulgação –, e os resultados eram bastante parecidos, com a diferença situando-se, no mais das vezes, em torno de 1 p.p. apenas.

Existem ainda outros conceitos de desemprego de cunho complementar a esse, conhecido como desemprego aberto, que são calculados em algumas pesquisas – com destaque para a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/Dieese) –, trazendo informações adicionais como o desemprego oculto por precariedade e por desalento, por exemplo. O primeiro inclui as pessoas que, para sobreviver, exerceram algum trabalho de forma descontínua e irregular – o que caracteriza uma debilidade na sua inserção no mercado – e que, além disso, tomaram providências efetivas, nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou até 12 meses atrás, para conseguir um trabalho diferente deste. Ao classificar como *desempregados* os indivíduos com inclusão errática e precária, é natural que a taxa de desemprego total seja superior àquela classificada como desemprego aberto. Já a segunda forma de desemprego oculto inclui pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram no período de referência, por desestímulos profissionais e/ou pessoais ou por circunstâncias fortuitas, mas estavam querendo conseguir trabalho e, se lhes fosse oferecido um, teriam disponibilidade para iniciá-lo de imediato. Esse tipo de desemprego oculto por desalento, se também considerado, aumenta a taxa de desemprego total – é bem verdade que, nas pesquisas, o desemprego oculto em geral apresenta magnitude reduzida.

Afora o conceito de desemprego *per se*, há pelo menos mais dois aspectos que influenciam a taxa de desemprego. Um, bastante simples, é a definição de ocupação que, como visto na

continua

continuação

segunda seção, pode englobar determinadas atividades – como aquelas voltadas para o autoconsumo, ou não –, alterando o tamanho da PEA e, por conseguinte, o valor da taxa de desemprego. Outro aspecto, menos tangível, está ligado ao desenho do questionário, ou seja, à maneira como as perguntas são encadeadas e a como as respostas são objeto de certificação e confirmação por meio de quesitos complementares, de forma a aumentar a confiabilidade das informações levantadas. É possível, por exemplo, que a ausência de crivos mais severos induza a classificação de uma pessoa como economicamente inativa quando, talvez, fosse mais apropriado classificá-la como desempregada, o que afeta a taxa de desemprego. Independentemente de discutir o mais certo, ou o menos errado, o fato é que o fluxo do questionário pode – e parece lícito supor que esta seja a norma – influenciar a resposta.

O importante para se manter em mente é que não existe uma única taxa de desemprego, tampouco se pode ordenar de forma inequívoca as diversas taxas existentes em termos de qualidade e correção. Sem dúvida isso é um pouco frustrante, principalmente em função da importância que o indicador possui no acompanhamento do funcionamento da economia e julgamento da adequação das políticas econômicas.

Menos mal, todavia, é que na grande maioria das vezes as discrepâncias nos níveis das taxas de desemprego não são acompanhadas por divergências nas suas variações em termos qualitativos, o que faz com que a natureza dos diagnósticos baseados em uma ou outra, ao menos em termos de acompanhamento de conjuntura, não seja discordante.

ao agregado – semelhante ao ocorrido na expansão do emprego. Com isso, a taxa de desemprego nesse grupo manteve-se bem abaixo da média, tendo sido de 4,5% em 2004, comparados com os 13,9% para os demais membros do domicílio.

7. INFORMALIDADE

Entre as várias mudanças no funcionamento do mercado de trabalho nacional a partir dos anos 1990 que implicaram rupturas no padrão histórico, um dos fenômenos mais marcantes, e que mais atenção despertou entre especialistas e sociedade em geral, foi a proliferação das práticas informais. O crescimento do assim chamado setor informal, normalmente associado à precarização da qualidade do trabalho, fragilização da inserção no mercado e banalização dos vínculos empregatícios, foi uma das tônicas do período e merece ser analisado com algum grau de detalhe.

7.1 Caracterização do Setor Informal

O dimensionamento do setor informal não é uma tarefa trivial, haja vista a gama de concepções alternativas associadas à sua definição e, portanto, caracterização. Conforme discutido em Camargo (1989), o segmento informal pode ser entendido

de uma forma mais abrangente como determinado pela natureza e estrutura do processo produtivo, pela ótica da obediência do vínculo trabalhista ao marco regulatório – ou uma variante, que é a contribuição ou não para a previdência –, e pela diferenciação da sua inserção no mercado de trabalho *vis-à-vis* o mercado de produto – caso de profissionais autônomos, prestadores de serviços e do pequeno comércio, entre outros (ver o Capítulo 4). A linha aqui privilegiada – como, de resto, no debate em geral – segue a visão intermediária e considera como pertencentes ao setor informal o contingente de trabalhadores que não estão *ao abrigo* da proteção da legislação trabalhista na sua inserção no mercado.

7.2 Malefícios da Informalidade

A informalidade é um fenômeno que chama a atenção de especialistas, formuladores de política e da sociedade em geral por uma série de motivos. Na sua expressão mais direta, o setor informal é encarado como gerador de empregos de baixa qualidade e remuneração, ineficiências e custos econômicos adicionais, constituindo uma distorção a ser combatida.

Sob um prisma econômico mais amplo, a evasão de recursos via descumprimento da lei, principalmente encargos trabalhistas e contribuição previdenciária, possibilita a permanência no mercado de firmas menos produtivas, o que tolhe a expansão de firmas mais produtivas que respeitam a legislação e, conseqüentemente, têm custos de produção majorados. Há que ter em conta o agravante de que um menor grau de formalização reduz a base para taxaço, induzindo maiores tributos e criando, como resultado, maior penalização para as firmas mais produtivas – daí gerando incentivos para incremento da própria informalidade, e assim por diante.

A informalidade contribui, também, para fomentar uma cultura de sonegação e desrespeito às normas legais, que é, em última análise, a razão de ser de sua existência. A difusão desse processo acarreta a banalização de princípios e valores, o que esgarça o tecido social, gera perda de credibilidade das instituições, propicia o alastramento da marginalidade, e até mesmo alguma tolerância em relação a ela.

7.3 Atrativos da Informalidade

Em que pese essa série de conotações indesejáveis associadas à informalidade, o fato concreto é que ela existe e tem tamanho apreciável. Ela é, inclusive, bem vista por alguns, na medida em que o setor informal tem capacidade de absorver contingentes de mão-de-obra menos qualificada que não encontram colocação no setor protegido, contribuindo, assim, para a redução da taxa de desemprego.

Cabe, então, avaliar brevemente a questão da atratividade do emprego informal sob o prisma dos agentes envolvidos.

Do ponto de vista das firmas, ou empregadores, o ônus associado aos encargos sociais do trabalho tende a produzir um incentivo a sua sonegação como forma de redução de custos e aumento, ou manutenção, de margens de lucros, particularmente em tempos de retração da atividade econômica. Parece razoável supor, dentro do espírito que norteia a **teoria do *labor hoarding***, que tal incentivo seja inversamente proporcional à qualificação da mão-de-obra, dados os crescentes custos de treinamento e dificuldades de reposição com o nível de qualificação e especialização. Esse incentivo deve também variar inversamente com o tamanho da firma, tendo em vista que os custos do fator trabalho tendem a diminuir em termos relativos, as firmas ficam mais *visíveis* para fins de fiscalização, com mais propensão de se tornarem mais intensivas em capital e, por conseguinte, em mão-de-obra qualificada.¹² Assim, do ponto de vista das firmas, o incentivo à informalidade deve ser tanto maior quanto menor o seu tamanho, menos qualificada a mão-de-obra demandada e pior o desempenho da economia.

A teoria do *labor hoarding* argumenta que em momentos de contração do ciclo econômico, as firmas tendem a reter por mais tempo os trabalhadores mais qualificados, em decorrência de terem investido mais neles, além de terem incorrido em maiores custos de seleção. Por outro lado, trabalhadores menos qualificados estariam estruturalmente mais sujeitos ao risco de perda de emprego em momentos em que a atividade econômica se retraísse. Para maiores detalhes, ver Oi (1962).

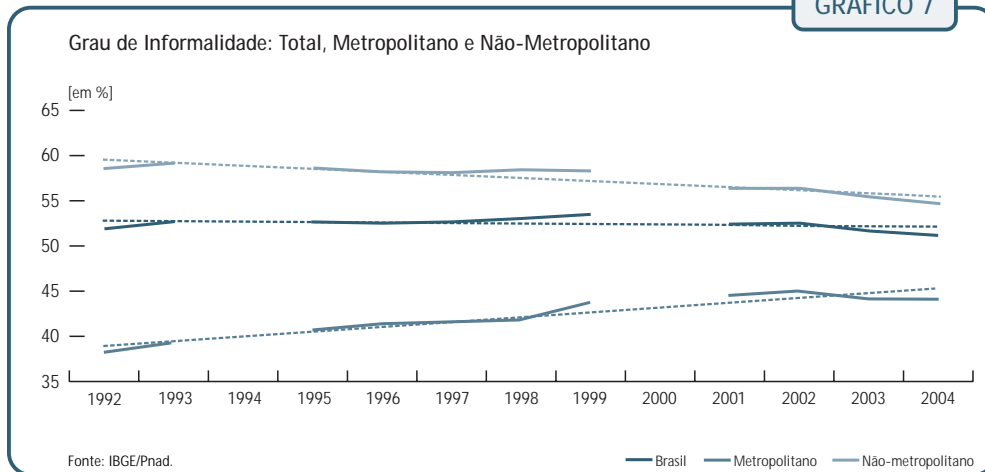
Para os trabalhadores sem carteira, partindo da premissa de que os empregos formais sejam, de fato, de melhor qualidade e remuneração, é lícito admitir uma preferência pelos empregos com carteira. Isso não implica, todavia, que fiscalização mais intensa e maior cumprimento da lei os beneficiariam, pois poderiam inviabilizar uma série de atividades de baixa produtividade que só são possíveis no setor informal, e terminar por gerar desemprego.

No caso dos trabalhadores autônomos, a informalidade também proporciona oportunidade de fuga da taxaçoão como forma de viabilizar ocupações de baixa produtividade. Vale lembrar aqui que certos fatores diminuíram o apelo da posse da carteira de trabalho assinada: as mudanças no sistema de previdência e seguridade social que asseguram acesso universal aos serviços de saúde, bem como o direito de benefícios de aposentadoria a partir dos 65 anos, mesmo sem contribuição anterior ao sistema. Isso é particularmente verdadeiro para os trabalhadores pouco qualificados, cujos rendimentos do trabalho são normalmente baixos, o que faz com que sua propensão a consumir de imediato (taxa de desconto) seja maior.

7.4 Evolução da Informalidade

O Gráfico 7 mostra que a percepção bastante disseminada de que houve um aumento substantivo do grau de informalidade ao longo dos anos 1990 se deve basicamente ao seu comportamento no âmbito metropolitano, de maior conhecimento e repercussão, dada a atualidade e freqüência da PME, que, como já dito

GRÁFICO 7



aqui, acaba por afetar sobremaneira as impressões e a formação de juízos. É fato que, no âmbito da Pnad, existe uma elevação de quase 6 p.p. (de 38,3% para 44,1%) na informalidade metropolitana no período. Todavia, nas áreas não-metropolitanas há redução de cerca de 4 p.p. (de 58,5% para 54,6%) desse indicador entre 1992 e 2004, de modo até marcante nos últimos dois anos da série (56,4% em 2002). A combinação desses movimentos convergentes entre o grau de informalidade metropolitano e não-metropolitano assegurou uma estabilidade da informalidade do mercado como um todo e, mais recentemente, acarretou uma ligeira tendência de redução – em 1992 o percentual de informalidade era de 51,9%, atingiu 53,9% em 1998, voltando a 51,7% em 2003 e caindo para 51,2% em 2004.¹³

O fato de o grau de informalidade ter ficado constante no mercado de trabalho nacional pode, é verdade, trazer uma conotação de alívio, mas por si só não constitui necessariamente boas notícias. É preciso levar em conta que o patamar dessa estabilidade é bastante elevado, de tal sorte que pouco mais da metade da força de trabalho ocupada está inserida no setor informal e, além de não haver queda no agregado, é significativo o crescimento das práticas informais no âmbito das RMs. É fundamental ter clara a gravidade da situação, até porque algumas vezes a informalidade é defendida como “uma solução, e não um problema”. É importante destacar aqui: boa parte da informalidade – o assalariamento sem carteira – é, na verdade, ilegalidade, visando ao não pagamento de encargos. Adicionalmente, o trabalho autônomo, o outro componente do contingente de trabalhadores do setor informal, por vezes é sinônimo de trabalho precário, resultado de uma estratégia de sobrevivência em circunstâncias em que o mercado de trabalho não consegue gerar empregos com um mínimo de qualidade em quantidade suficiente, e com características adequadas aos seus atributos/dotações/habilidades. Nesses termos,

é difícil aceitar a tese da informalidade como solução. Mais apropriado parece, seria caracterizá-la, ao menos parcialmente, como grande reveladora da gravidade do funcionamento deficiente do mercado de trabalho, seja por questões mais conjunturais ligadas ao desempenho econômico ou, mais preocupante, como decorrência de inflexibilidades e custos introduzidos pela legislação trabalhista e demais instituições que o afetam, além da carga tributária excessiva.

A Tabela 8, no seu painel inferior, mostra que as grandes regiões geográficas não apresentaram maiores mudanças no grau de informalidade no período.

TABELA 8
Grau de Informalidade: Anos e Recortes Seleccionados
[em %]

	1992	1999	2001	2004
Brasil	51,9	53,5	52,5	51,2
Setor				
Indústria				
Total	33,0	36,5	35,3	33,9
Metropolitano	24,0	31,2	32,6	32,8
Não-metropolitano	39,0	39,3	36,8	34,5
Serviços				
Total	53,5	51,2	52,7	52,4
Metropolitano	48,9	47,4	49,5	48,8
Não-metropolitano	55,9	53,2	54,5	54,4
Comércio				
Total	57,7	57,6	55,5	53,5
Metropolitano	52,3	54,3	53,0	51,8
Não-metropolitano	61,0	59,6	56,9	54,5
Agricultura				
Total	81,6	80,6	80,2	78,5
Grandes regiões				
Norte	59,7	62,3	61,8	59,9
Nordeste	68,6	69,2	67,8	66,7
Sudeste	42,7	45,9	44,8	44,0
Sul	47,4	47,2	46,8	44,7
Centro-Oeste	57,6	55,0	54,0	51,6

Fonte: IBGE/Phad.

A única que apresentou uma alteração um pouco mais expressiva foi a região Centro-Oeste, onde pôde ser observada uma redução de cerca de 6 p.p. na informalidade. Vale destacar também o aumento de 1,3 p.p. na região Sudeste, que é explicado pelo fato de estarem aí localizadas as três maiores RMs do país. Não obstante o retrocesso, ela permanece, com a região Sul, em níveis de informalidade bem abaixo da média nacional.

O recorte por setores de atividade econômica revela alguns aspectos interessantes da evolução da informalidade dentro da Pnad. Em primeiro lugar, quando apreciados os resultados para o plano nacional, dos quatro setores listados na Tabela 8, apenas a indústria apresenta uma deterioração na informalidade, apesar de permanecer sendo o segmento mais formalizado. Os setores de serviços, comércio e agricultura mostraram alguma queda, um pouco mais pronunciada nas atividades ligadas ao comércio, nas quais a redução chegou a 4,2 p.p. Todos os setores, não obstante, têm uma incidência de relações informais acima de 50%, chegando a quase 80% no agrícola. Mesmo ignorando este último, que possui características bastante peculiares, a diminuição do hiato setorial é grande: a diferença entre os setores de indústria e comércio caiu de 25 p.p. em 1992 para 19 p.p. em 2004, enquanto a comparação entre indústria e serviços mostra um estreitamento reduzido, de pouco mais de 1 p.p. A faceta mais interessante é que em todos os casos os progressos nas áreas não-metropolitanas foram atenuados, ou mesmo revertidos, como ocorreu para a indústria por seu desempenho ruim nas RMs.

Por fim, um aspecto que merece ainda ser destacado é que a estabilidade do grau de informalidade no período se deve a uma convergência que não representa propriamente o processo ideal: os segmentos socioeconômico-geográficos com maior incidência de informalidade apresentam, em geral, alguma melhora, enquanto os núcleos que tradicionalmente tiveram um melhor desempenho nesse particular, alguns reputados até como redutos de empregos de qualidade, experimentaram uma deterioração.¹⁴ A melhora nas áreas não-metropolitanas, nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, nos segmentos agrícola e de comércio, é, sem dúvida, bem-vinda. Melhor seria, todavia, se ela não viesse acompanhada de aumentos não-desprezíveis da informalidade nas metrópoles e na indústria, entre outros segmentos.

8. RENDIMENTOS

A trajetória de evolução dos rendimentos reais médios a partir dos anos 1990 apresenta uma gama de variações e comportamentos. O advento do Plano Real em 1994 fez com que os rendimentos médios do trabalho principal¹⁵ subissem quase 25% em dois anos, saltando, em valores de setembro de 2004, de R\$ 616

em 1993 para R\$ 754 em 1995.¹⁶ Essa foi, por assim dizer, uma espécie de fase áurea daquele plano. No triênio que se seguiu, houve uma alta bem menos pronunciada em 1996 para um patamar que se manteve em 1997 e 1998, seguido de declínio em 1999 – bem acentuado, aliás, nas RMs.

Até esse ano o comportamento no Brasil metropolitano e não-metropolitano vinha sendo muito parecido. Dali em diante a tendência de queda foi mais presente nas RMs, que, entre 1998 e 2004, experimentaram uma redução de mais de 15% nos rendimentos reais do trabalho principal. Enquanto isso, a queda nas áreas não-metropolitanas ficou limitada a 7%. Mais importante, todavia, é que em 2004 a Pnad indicou uma leve recuperação nessas últimas áreas e uma forte desaceleração no ritmo da queda observado nas RMs até então.

A Tabela 9 destaca essa evolução global, com a desagregação por posição na ocupação. Uma observação interessante é que, na comparação do ano imediatamente pré-Real com 2004, há um ganho real em torno de 8% em nível nacional, resultado de uma evolução positiva em torno de 15% nas áreas não-metropolitanas e uma pequena retração – próxima a 3% – nas áreas metropolitanas. No plano nacional o aumento deveu-se aos ganhos dos trabalhadores assalariados sem carteira, haja vista que os trabalhadores protegidos ficaram praticamente estáveis em termos de rendimentos e os autônomos sofreram alguma perda. Já nas metrópoles o desempenho foi mais heterogêneo, pois os trabalhadores autônomos, depois de perceberem ganhos de quase 50% devido às mudanças de preços relativos no período imediatamente pós-Real, chegaram a 2004 com uma perda acumulada próxima de 10%, e acabaram sendo o grupo que causou a perda de rendimento no agregado. O traço comum, e até certo ponto surpreendente, é que os diferenciais

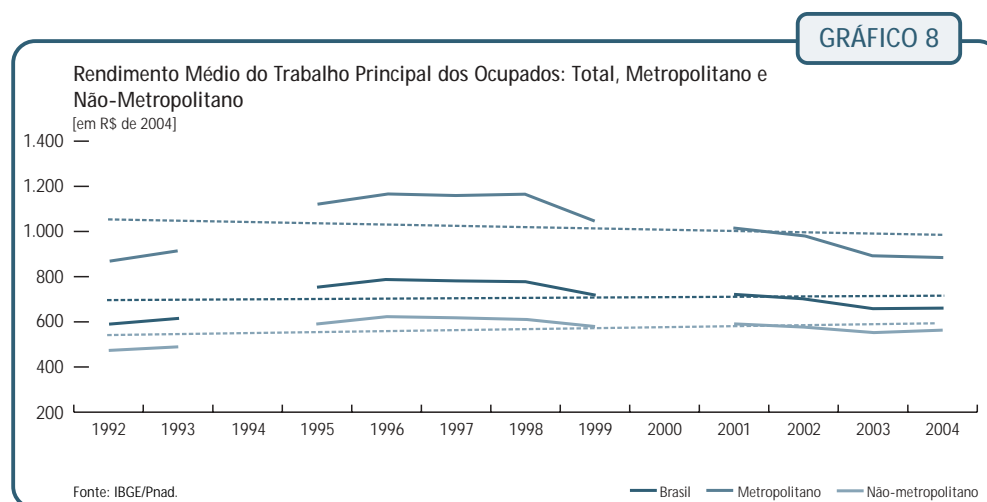


TABELA 9
Rendimento Médio do Trabalho Principal: Posição na Ocupação
[em R\$ de setembro de 2004]

	1993	1996	1998	2004
Brasil	616,5	788,6	777,4	662,1
Conta-própria	599,3	821,8	716,4	579,2
Protegidos	835,3	961,8	984,1	818,4
Sem carteira	280,2	402,4	416,1	367,9
Metropolitano	915,9	1.164,9	1.165,1	884,8
Conta-própria	841,1	1.227,4	1.079,9	771,3
Protegidos	994,2	1.183,5	1.211,4	985,3
Sem carteira	434,8	600,5	651,5	499,3
Não-metropolitano	488,2	621,6	609,7	562,0
Conta-própria	517,1	679,1	590,8	505,6
Protegidos	716,5	804,1	827,7	715,6
Sem carteira	232,6	332,7	336,6	316,2

Fonte: IBGE/Pnad.

de rendimento entre os trabalhadores protegidos e os sem carteira diminuíram, passando de 198% em 1993 para 122% em 2004.

No caso das desagregações dos rendimentos segundo gênero e escolaridade, que são importantes por estarem associadas à iniquidade distributiva via desigualdade de tratamento e oportunidades, a evolução no período recente, mostrada por inteiro no anexo deste capítulo, é um tanto alentadora. Após um pico em 1993, foram reduzidos tanto os diferenciais de rendimentos dos homens em relação às mulheres quanto os dos grupos mais escolarizados em relação aos trabalhadores com no máximo três anos completos de estudo.

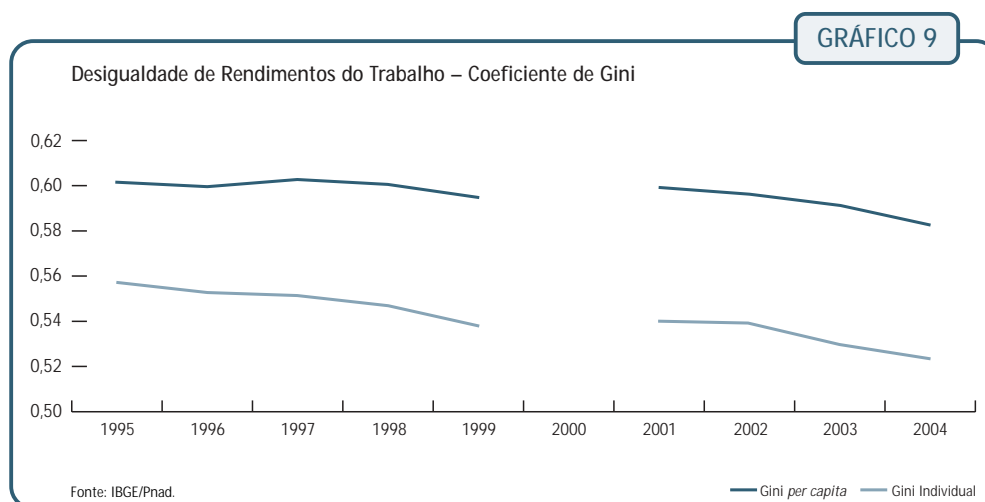
No caso dos diferenciais por gênero, que eram de 80,5% em 1993 – ou seja, os homens ganhavam, em média, 1,8 vez mais do que ganhavam as mulheres –, esses indicadores vieram diminuindo de forma paulatina até atingirem 49,3% em 2004, quase a metade da marca inicial.¹⁷ O padrão temporal do estreitamento dos diferenciais por escolaridade foi diferente, na medida em que a redução foi bem mais concentrada na década atual. Tomando como exemplo o rendimento dos trabalhadores ocupados que tinham pelo menos o segundo grau completo, o diferencial em relação ao grupo com no máximo três anos de estudo era de 462% em 1993, tendo caído para 414% em 1999 e 300% em 2004. Sem dúvida ainda é um diferencial elevado, mas é interessante apontar que a queda nesse intervalo

foi fruto da combinação de um aumento no rendimento médio dos pouco instruídos – passaram de R\$ 263 em 1993 para R\$ 285 em 2004, sempre em valores correntes de setembro deste último ano – com uma redução nos ganhos dos mais escolarizados – eram de R\$ 1.481 em 1993 e diminuíram para R\$ 1.140 em 2004.

A redução dos retornos à escolaridade, bem como a progressiva eliminação de distorções de remuneração potencialmente associadas a práticas discriminatórias têm, por certo, efeitos benignos em termos de promoção de igualdade na distribuição de rendimentos no âmbito do mercado de trabalho. De fato, eles já vêm se fazendo sentir em termos da desigualdade da distribuição dos rendimentos individuais e, na década atual, também no que se refere à distribuição dos rendimentos (do trabalho) familiares *per capita*, conforme mostrado no Gráfico 9.

O coeficiente de Gini para a distribuição individual dos rendimentos totais do trabalho, tendo como universo os trabalhadores ocupados com rendimentos positivos, diminuiu de 0,557 para 0,538 entre 1995 e 1999 e, depois de subir, voltou a se reduzir de 0,540 para 0,523 entre 2001 e 2004. No primeiro período a queda na distribuição individual não se refletiu na distribuição familiar *per capita* dos rendimentos do trabalho, cujo coeficiente de Gini ficou praticamente estável em torno de 0,600. Nos anos recentes a queda estendeu-se também a essa distribuição, com o Gini passando de 0,599 em 2001 para 0,583 em 2004.

Esse comportamento ligeiramente diferenciado das duas distribuições nos dois períodos, sem dúvida, desperta a atenção. Vale lembrar que, entre 1995 e 1999 a taxa de desemprego cresceu de forma palpável e continuada, tendo se estabilizado no patamar em torno de 10% entre 2001 e 2004, conforme mostrado no Gráfico 1. Essa constatação é sugestiva de que o aumento do desemprego no final da década passada



ocorreu mais intensamente nas famílias mais pobres, de forma a anular os progressos distributivos observados nos rendimentos individuais. No período mais recente, contudo, esses progressos foram transmitidos à distribuição familiar *per capita* e, como o trabalho é a principal fonte de renda captada nas Pnads, acabaram por impactar a distribuição de renda como um todo que, conforme documentado por diversos trabalhos [ver, entre outros, Ramos, Soares e Avila (2005) e Soares (2006)], atingiu o menor nível de desigualdade desde que a Pnad começou a ser coletada.

QUADRO 7

Produtividade do Trabalho e Produtividade Total dos Fatores

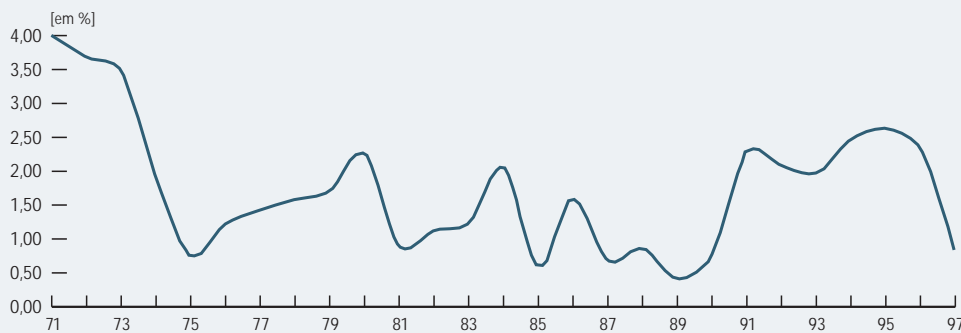
O nível da produtividade de uma economia tem implicações importantes para o desempenho do seu mercado de trabalho. Aumentos da produtividade devem se refletir, em médio e longo prazos, em maiores níveis de demanda agregada por trabalho e, conseqüentemente, em reduções da taxa de desemprego e aumento dos salários. Portanto, a mensuração da produtividade é uma questão extremamente relevante para a análise do comportamento das principais variáveis do mercado de trabalho.

As duas medidas para produtividade utilizadas com mais freqüência na literatura econômica são: a produtividade do trabalho e a produtividade total dos fatores (PTF). A produtividade do trabalho é definida pela razão entre o nível de produção e o total de trabalhadores empregados. A PTF apresenta a vantagem em relação à produtividade do trabalho de considerar variações no uso de outros fatores de produção, como os estoques de capital físico e humano, e não apenas do trabalho.

O Gráfico 10 apresenta a trajetória da PTF no Brasil, de acordo com as estimativas de Bonelli e Fonseca (1998). Para calcular esses resultados os autores utilizaram dados anuais da PEA fornecida pela Pnad como medida do nível de emprego. Outro fator incluído na análise foi o estoque de capital físico, medido pelo estoque de máquinas e equipamentos. O Produto Interno Bruto (PIB) real é a variável que representa o nível de produto. Todas as variações no produto

GRÁFICO 10

Crescimento da Produtividade Total dos Fatores Agregada - 1971/1997



Fonte: Bonelli e Fonseca (1998).

continua

continuação

que não são determinadas pelo comportamento do estoque de capital e pelo trabalho são atribuídas à PTF.

De acordo com os resultados, a PTF cresceu 3,7% a.a. entre 1971 e 1973, período do milagre econômico. Entre 1974 e 1980, ocorreu uma desaceleração do crescimento, acompanhada pela redução da PTF, em uma economia com elevado estoque de capital. O período 1981-1983 foi de recessão, com queda da PTF. A recuperação do PIB real de 1984 a 1989 foi impulsionada pelo crescimento do emprego, com pouca participação da PTF. Apesar de o início dos anos 1990 ter se caracterizado como um período recessivo, com redução do emprego, a queda no PIB entre 1990 e 1992 foi marcada pelo aumento da PTF. A partir de 1993, os aumentos do produto podem ser atribuídos ao crescimento da PTF. Nesse período os estoques de trabalhadores e de capital permaneceram praticamente constantes, exceto em 1997, quando esses fatores tiveram uma participação maior no crescimento do produto.

Portanto, entre 1970 e 1997 o crescimento médio da PTF foi de 1,7% a.a. O produto cresceu 5,4% a.a., e a PTF explica 31% desse aumento. Apenas para o período 1993-1997, no entanto, o produto cresceu 2,75% a.a. A PTF, com um crescimento de 2% a.a., representa 72% desse aumento no produto.

9. SÍNTESE E CONCLUSÃO

Este capítulo apontou inicialmente as duas dimensões do trabalho, a econômica e a social, concluindo pela forte influência do mercado de trabalho sobre a equidade e o bem-estar social. Nesse contexto, procedeu-se a uma descrição analítica do mercado de trabalho no país entre 1992 e 2004, mas, antes disso, buscou-se apresentar um embasamento conceitual desejável a uma leitura mais proveitosa, que incluiu também a descrição dos indicadores estatísticos disponíveis no Brasil, tendo-se optado aqui pela utilização de pesquisas domiciliares, notadamente da Pnad, embora também tenha sido feito uso de dados da PME. Chamou-se a atenção aí para a existência de indicadores criados especialmente para mensurar o mercado de trabalho nos *países em desenvolvimento*, com especial destaque para a introdução do conceito de informalidade.

De fato, a informalidade, aqui definida basicamente como o contingente de trabalhadores que não estão ao abrigo da proteção da legislação trabalhista, reveste-se de especial destaque nas análises do mercado de trabalho brasileiro, pois ela representa no país praticamente a metade da PEA, motivo pelo qual também foi merecedora de um capítulo específico. A estabilidade desse contingente, assim como sua expressiva grandeza no universo estudado, induzem ao debate acerca de implementação e ajustes de políticas públicas relacionadas com o mercado de trabalho, tendo sido sublinhado que a existência dessa parcela de trabalhadores à margem do sistema não pode em nenhuma hipótese ser encarada como uma solução para o mercado como ainda defendem alguns, mas sim como um problema a ser enfrentado.

Mas não somente a informalidade gera inquietudes. A persistência do trabalho infantil, não obstante encontrar-se em processo de franco declínio, que faz supor

eficiência nos programas de sua erradicação, apresenta valores absolutos ainda alarmantes, clamando por soluções mais eficazes, com efeitos mais imediatos.

Outros indicadores, porém, podem animar o leitor. A crescente participação da mulher no mercado de trabalho e a permanência dos jovens mais tempo na escola são exemplos nítidos nesse sentido. No segundo caso, a consequência se dá no nível da qualificação da mão-de-obra e, portanto, na melhor remuneração e condições de trabalho do empregado, por um lado, e, por outro, no ajuste do perfil dos trabalhadores à abertura ao comércio internacional das firmas, impondo a estas últimas a implantação de processos de produção inovadores que requerem mão-de-obra afinada com o uso de equipamentos mais sofisticados e modos de produção mais avançados.

Em suma, tendo sido tomadas em consideração aqui as variáveis geográficas (grandes regiões), etárias, de nível de instrução, gênero e setor de atividade, além dos cortes por áreas metropolitanas e não-metropolitanas e por indivíduos chefes ou não de domicílios, este capítulo procurou fornecer uma visão abrangente do desempenho do mercado de trabalho no país nesses 12 anos estudados, por meio da focalização dos seguintes tópicos pertinentes: oferta de trabalho; ocupação – que exigiu o exame mais específico do setor industrial; desemprego; informalidade; e rendimentos. O que se espera é que as informações e análises aqui apresentadas possam contribuir não apenas para o conhecimento sobre o desempenho do mercado de trabalho propriamente dito, mas também para, compondo o conjunto da obra, subsidiar o leitor para o dimensionamento real da temática no Brasil de hoje, inserido em um mundo globalizado.

REFERÊNCIAS

- BONELLI, R., FONSECA, R. Ganhos de produtividade e de eficiência: novos resultados para a economia brasileira. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, 1998.
- CAMARGO, J. M. Informalidade e renda no mercado de trabalho. In: SEDLACEK, G., BARROS, R. *Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea*. Ipea, 1989.
- ILO. *International Labour Office. Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment*. Kenya. Genebra, 1972.
- LEWIS, A. Economic development with unlimited supplies of labor. *Manchester School of Economics and Social Studies*, 1954.
- OI, W. Labour as a quasi-fixed factor. *Journal of Political Economy*, 1962.
- RAMOS, L., FERREIRA, V. Geração de empregos e realocação espacial no mercado de trabalho brasileiro: 1992-2003. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 35, n. 1, 2005.

RAMOS, L., SOARES, S., AVILA, M. Avaliação geral dos resultados da Pnad 2004. *Mercado de trabalho – Conjuntura e Análise*, n. 29, Ipea, Rio de Janeiro, 2005.

REZENDE, F., TAFNER, P. (eds.). *Brasil: o estado de uma nação*. Rio de Janeiro, Ipea, 2005.

SOARES, S. *Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004*. Ipea, Brasília 2006 (Texto para Discussão, 1.166).

ANEXO

TABELA A.1
Evolução do Nível e Composição do Emprego segundo Características Seleccionadas

	Ocupados				
	1992	2002	2004	Crescimento (%)	
				1992-2002	1992-2004
Total	61.229.427	74.854.800	78.693.978	22,3	28,5
Gênero					
Homem	38.846.506	44.990.071	46.625.902	15,8	20,0
Mulher	22.382.921	29.864.729	32.068.076	33,4	43,3
Grupos de idade					
10 a 14 anos	2.922.666	1.370.481	1.092.844	-53,1	-62,6
15 a 24	15.743.252	16.775.145	17.059.582	6,6	8,4
25 a 49	33.780.252	44.530.102	47.305.615	31,8	40,0
50 e +	8.779.449	12.168.100	13.232.058	38,6	50,7
Anos de estudo					
0 a 3	21.752.874	16.707.815	15.482.466	-23,2	-28,8
4 a 7	19.767.558	21.463.084	21.132.616	8,6	6,9
8 a 10	7.682.645	12.307.837	13.645.758	60,2	77,6
11 e +	11.881.169	24.059.135	28.199.092	102,5	137,3
Posição no domicílio					
Chefe	27.942.545	35.047.545	36.833.977	25,4	31,8
Outros moradores	33.286.882	39.807.255	41.860.001	19,6	25,8
Posição na ocupação					
Trabalhador protegido	24.018.947	29.790.872	32.754.239	24,0	36,4
Trabalhador sem carteira de trabalho assinada	14.400.413	19.158.070	19.928.674	33,0	38,4

(continua)

(continuação)

	Ocupados				
	1992	2002	2004	Crescimento (%)	
				1992-2002	1992-2004
Conta-própria	14.137.357	17.570.905	18.015.385	24,3	27,4
Empregador	2.399.348	3.351.629	3.430.993	39,7	43,0
Trabalhador não-remunerado	6.247.580	4.974.701	4.562.824	-20,4	-27,0
Setor de atividade					
Agricultura	14.912.835	12.701.417	12.791.789	-14,8	-14,2
Indústria	10.155.849	11.175.449	12.228.908	10,0	20,4
Construção	4.040.123	5.459.833	5.193.801	35,1	28,6
Comércio	9.696.806	13.416.719	14.403.410	38,4	48,5
Administração pública	3.107.686	3.869.051	4.172.773	24,5	34,3
Serviços	11.292.613	16.226.467	17.164.108	43,7	52,0
Outras atividades	7.798.814	11.805.520	12.518.851	51,4	60,5
Desocupados					
Total	4.747.770	8.195.453	8.471.406	72,6	78,4
Gênero					
Homem	2.459.506	3.819.651	3.719.741	55,3	51,2
Mulher	2.288.264	4.375.802	4.751.665	91,2	107,7
Grupos de idade					
10 a 14 anos	344.023	239.393	184.944	-30,4	-46,2
15 a 24	2.279.733	3.912.004	4.084.720	71,6	79,2
25 a 49	1.906.795	3.501.109	3.666.111	83,6	92,3
50 e +	217.219	542.947	535.631	150,0	146,6
Anos de estudo					
0 a 3	1.145.565	1.199.222	1.080.942	4,7	-5,6
4 a 7	1.931.378	2.494.920	2.288.282	29,2	18,5
8 a 10	878.834	2.051.845	2.270.911	133,5	158,4
11 e +	770.681	2.396.115	2.785.093	210,9	261,4
Posição no domicílio					
Chefe	973.864	1.731.244	1.728.859	77,8	77,5
Outros moradores	3.773.906	6.464.209	6.742.547	71,3	78,7

Fonte: IBGE/Pnad.

TABELA A.2
Pessoas Ocupadas por Posição na Ocupação
[em milhões]

	1992	2001	2004	Crescimento (% a.a.)	
				1992-2001	2001-2004
PIA	113,30	138,84	147,20	2,3	2,0
PEA	69,71	83,95	91,04	2,1	2,7
Taxa de participação	61,5	60,5	61,8	-0,2	0,7
Taxa de desemprego	6,5	9,4	9,0	4,1	-1,3
Ocupação total	65,40	78,96	82,82	2,1	1,6
Empregado e trabalhador domésticos	38,58	47,23	52,68	2,3	3,7
Com carteira de trabalho assinada	20,12	23,93	27,22	1,9	4,4
Militares e estatutários	3,97	4,91	5,53	2,4	4,0
Outros sem carteira de trabalho assinada	14,46	18,39	19,93	2,7	2,7
Empregado	34,22	41,29	46,27	2,1	3,9
Com carteira de trabalho assinada	19,36	22,38	25,56	1,6	4,5
Militares e estatutários	3,97	4,91	5,53	2,4	4,0
Outros sem carteira de trabalho assinada	10,87	13,99	15,18	2,8	2,7
Trabalhador doméstico	4,36	5,94	6,42	3,5	2,6
Com carteira de trabalho assinada	0,76	1,55	1,66	8,2	2,4
Sem carteira de trabalho assinada	3,59	4,39	4,75	2,3	2,7
Conta-própria	14,20	16,97	18,02	2,0	2,0
Empregador	2,41	3,21	3,43	3,3	2,2
Não-remunerado	6,85	5,63	5,41	-2,2	-1,3
Trabalhador na produção para o próprio consumo	3,21	2,90	3,18	-1,1	3,1
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,16	0,15	0,10	-0,5	-12,6

Fonte: IBGE/Phad.

TABELA A.3
Rendimento Médio do Trabalho Principal por Sexo e Escolaridade
 [em R\$ de setembro de 2004]

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Total											
Brasil	592	616	754	789	782	777	718	723	703	658	662
Metropolitano	891	916	1.121	1.165	1.160	1.165	1.044	979	979	892	885
Não-metropolitano	472	488	592	622	617	610	579	576	576	553	562
Mulheres											
Brasil	404	409	525	575	566	575	540	553	542	504	512
Metropolitano	624	632	783	856	860	854	803	781	767	697	704
Não-metropolitano	301	302	397	434	423	437	415	435	427	406	416
Homens											
Brasil	701	738	893	918	912	901	829	834	809	761	765
Metropolitano	1.031	1.104	1.358	1.380	1.367	1.386	1.217	1.191	1.140	1.042	1.028
Não-metropolitano	567	591	704	739	728	709	676	684	670	645	657
0 a 3 anos de estudo											
Brasil	266	263	314	336	324	314	292	301	291	281	285
Metropolitano	424	403	497	559	547	513	465	439	416	382	375
Não-metropolitano	233	235	277	291	278	276	260	272	265	260	266
4 a 7 anos de estudo											
Brasil	450	449	535	550	526	510	477	456	442	413	420
Metropolitano	552	542	670	692	657	640	588	545	532	484	487
Não-metropolitano	405	409	475	492	475	459	435	421	408	387	396
8 a 10 anos de estudo											
Brasil	652	636	751	761	743	702	632	600	554	510	496
Metropolitano	737	706	854	872	865	809	734	678	633	576	546
Não-metropolitano	594	588	679	686	664	634	569	553	507	475	470
11 ou + anos de estudo											
Brasil	1.383	1.481	1.758	1.723	1.708	1.668	1.502	1.394	1.309	1.169	1.140
Metropolitano	1.630	1.771	2.119	2.072	2.051	2.044	1.798	1.684	1.564	1.372	1.339
Não-metropolitano	1.182	1.240	1.468	1.443	1.441	1.380	1.285	1.182	1.123	1.026	1.002

Fonte: IBGE/Pnad.

NOTAS

1. Pelo artigo 403 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com redação dada pela Lei 10.097, de 2000, o trabalho de menores de 16 anos é proibido, salvo em condição de “menor aprendiz”, a partir dos 14 anos de idade, ressaltando que as condições de trabalho não podem prejudicar nem o seu desenvolvimento, nem a sua frequência escolar. As pesquisas domiciliares do IBGE, porém, investigam e publicam os resultados considerando como PIA a população a partir dos dez anos de idade. Por que isso? Apesar dos progressos em tempos recentes (Quadro 4 adiante), o trabalho infantil ainda faz parte do complexo de chagas sociais que o desenvolvimento econômico no país não conseguiu debelar completamente. Pode parecer paradoxal que o mesmo Estado que proíbe o trabalho infantil e torna compulsório o acesso universal à escola tenha um dos seus mais importantes órgãos de pesquisa investigando o trabalho infantil, ao mesmo tempo em que o governo promove programas do tipo do Bolsa Escola para desestimular o trabalho do menor. Assim como a admissão do *setor informal* auxilia a compreensão do sistema econômico na íntegra, e não apenas do *setor formal*, a admissão do trabalho infantil como realidade *de fato* permite estudos e análises mais condizentes com a realidade do mercado de trabalho brasileiro. Em muitos países se consideram as idades de 65 ou 70 anos como limites superiores da PIA. No caso das estatísticas brasileiras, não há limite superior.
2. Esses números não incluem as áreas rurais da região Norte, com exceção de Tocantins, que até 2003 não eram investigadas pela Pnad. Incluídas essas áreas, os totais seriam de 149,8 milhões e 182,1 milhões, respectivamente.
3. A desconsideração do trabalho para autoconsumo e da construção para fins próprios como ocupação altera, é claro, a distribuição espacial em um instante de tempo qualquer, pois *penaliza* as áreas rurais, nas quais essas atividades tendem a ser mais importantes. Não há razão, todavia, para que esse procedimento introduza viés no que tange a mudanças ao longo do tempo. De modo similar, as definições utilizadas para ocupação e desocupação tendem a elevar a taxa de desemprego em um determinado instante, mas não afetam a natureza das variações dessa taxa no tempo. Para maiores detalhes a respeito, ver Ramos e Ferreira (2004).
4. Doravante a PEA efetiva será chamada aqui simplesmente de PEA, por questões de simplicidade.
5. Ver Quadro 6 para diferentes conceitos e definições da taxa de desemprego.
6. De qualquer maneira, o mais importante é a *direção* da trajetória, que não é afetada por essa escolha.
7. Cabe destacar que, apesar de as taxas de desemprego serem idênticas em 1999 e 2004, o diagrama indica que nesse interim houve uma melhora apreciável do estado das artes no mercado de trabalho.
8. Para maior compreensão do processo, ver o Capítulo 8 (*Juventude no Brasil*) da edição anterior desta série [Rezende e Tafner (2005)].
9. É importante frisar que esses números são gerados a partir das próprias Pnads para as seis regiões da PME.
10. Registre-se novamente que esses valores são obtidos a partir da Pnad, considerando o universo da PME.
11. Ver quadro geral sobre o mercado de trabalho em 2004 no final da Seção 2.
12. É verdade que parte desse maior peso da mão-de-obra qualificada se deve a práticas de terceirização das atividades mais corriqueiras por meio da contratação de firmas prestadoras de serviços, que tendem a ser de menor porte e nas quais, plausivelmente, a incidência de práticas informais é maior. Com isso são evitados custos relacionados à carga tributária e a inflexibilidades introduzidas pelas normas e legislação trabalhistas, conforme analisado neste livro no Capítulo 4.
13. É importante destacar que a informalidade metropolitana, de acordo com as informações da PME, caiu ao longo de 2005 e início de 2006, o que torna lícito esperar uma queda mais apreciável no plano nacional em 2005.

14. É claro que há uma certa tautologia aqui, o que, todavia, não invalida o cerne do argumento.
15. Enfocaremos aqui os rendimentos do trabalho principal, mas cabe ressaltar que comportamento e variações observados para o rendimento de todos os trabalhos foram bastante similares.
16. Esse talvez seja o indicador agregado para o qual a inexistência da Pnad em 1994 mais se faça sentir.
17. Cumpre lembrar que esse é o diferencial bruto, sem levar em conta, por exemplo, o fato de as mulheres estarem sobrepujando os homens em nível de instrução, o que torna a situação ainda mais dispar.